

Demonstrações Contábeis Societárias

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.219	91.005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	183.856	215.969
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.856	2.166
Outros tributos a compensar	7	19.644	16.034
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	60.190	80.415
Derivativos	30	-	41.070
Ativo financeiro setorial	8	4.415	140.455
Estoques		4.719	2.944
Outros ativos	11	50.128	68.291
Total do circulante		400.028	658.348
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	14.828	15.255
Depósitos judiciais	19	24.358	22.536
Outros tributos a compensar	7	22.377	19.381
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	138.113	168.518
Ativo financeiro setorial	8	-	31.169
Derivativos	30	14.317	29.451
Ativo financeiro da concessão	10	140.488	105.401
Outros ativos	11	953	83
Ativo contratual	12	139.496	103.315
Intangível	13	1.030.726	954.748
Total do não circulante		1.525.655	1.449.858
Total do ativo		1.925.683	2.108.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	125.368	170.522
Empréstimos e financiamentos	15	77.398	194.856
Debêntures	16	97.434	1.613
Taxas regulamentares	17	2.189	25.211
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	959	2.394
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	20.509	40.837
Dividendo e juros sobre capital próprio	27	25.852	5.714
Obrigações estimadas com pessoal		5.432	5.011
Passivo financeiro setorial	8	32.681	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	55.308	58.606
Outras contas a pagar	20	58.748	56.241
Total do circulante		501.877	561.005
Não circulante			
Fornecedores	14	-	484
Empréstimos e financiamentos	15	658.204	607.463
Debêntures	16	94.975	189.857
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	7.059	6.199
Débitos fiscais diferidos	9	4.986	26.764
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	30.608	30.213
Derivativos	30	29.726	247
Passivo financeiro setorial	8	15.530	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	132.452	248.934
Outras contas a pagar	20	8.023	4.682
Total do não circulante		981.563	1.114.843
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		170.413	170.413
Reserva de capital		501	494
Reserva legal		34.083	34.083
Reserva de lucros a realizar		4.230	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		233.016	162.697
Dividendo		-	64.494
Resultado abrangente acumulado		-	177
Total do patrimônio líquido		442.243	432.359
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.925.683	2.108.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	23	1.432.031	1.529.111
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	24	(764.607)	(969.150)
Custo com operação		(145.922)	(129.381)
Amortização		(62.560)	(57.006)
Outros custos com operação	25	(83.362)	(72.376)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(205.206)	(169.978)
Lucro operacional bruto		316.296	260.602
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(37.199)	(30.704)
Amortização		(208)	(198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.635)	(6.231)
Outras despesas com vendas	25	(26.356)	(24.275)
Despesas gerais e administrativas		(49.918)	(43.055)
Amortização		(5.845)	(4.471)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(44.073)	(38.584)
Outras despesas operacionais	25	(8.386)	(6.860)
Outras despesas operacionais		(8.386)	(6.860)
Resultado do serviço		220.794	179.983
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		62.110	48.471
Despesas financeiras		(130.295)	(84.350)
		(68.184)	(35.879)
Lucro antes dos tributos		152.609	144.104
Contribuição social	9	(13.165)	(15.026)
Imposto de renda	9	(36.037)	(41.689)
		(49.202)	(56.715)
Lucro líquido do exercício		103.407	87.389
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	288,00	243,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	103.407	87.389
Outros resultados abrangentes	(177)	(1.581)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(177)	(1.581)
Resultado abrangente do exercício	<u>103.230</u>	<u>85.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	170.413	503	34.083	323.194	-	-	1.758	-	529.951
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	87.389	87.389
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.581)	-	(1.581)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Realização da correção monetária especial - lei nº 8.200/91	-	(8)	-	-	-	-	-	8	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(22.903)	(22.903)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	64.494	-	(64.494)	-
Aprovação de dividendos intermediários AGE 07/10/2021, 14/12/2021 e 20/12/2021	-	-	-	(160.498)	-	-	-	-	(160.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	170.413	494	34.083	162.697	-	64.494	177	-	432.359
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	103.407	103.407
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(177)	-	(177)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	70.320	-	-	-	(70.320)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	4.230	-	-	(4.230)	-
Realização da correção monetária especial - lei nº 8.200/91	-	6	-	-	-	-	-	(6)	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(8.852)	(8.852)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(64.494)	-	-	(64.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.413	501	34.083	233.016	4.230	-	-	-	442.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos tributos	152.609	144.104
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	68.613	61.675
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.866	7.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.635	6.231
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	92.647	47.174
Perda (ganho) na baixa de não circulante	8.091	6.532
	340.461	273.005
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40.388	(72.529)
Tributos a compensar	59.961	54.208
Depósitos judiciais	(442)	249
Ativo financeiro setorial	44.297	(131.135)
Contas a receber - CDE	657	(5.060)
Outros ativos operacionais	(2.004)	(3.561)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(45.638)	11.426
Outros tributos e contribuições sociais	(23.634)	7.699
Taxas regulamentares	18	21.198
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(10.728)	(2.459)
Passivo financeiro setorial	25.367	(32.939)
Contas a pagar - CDE	(3.578)	(11.383)
Outros passivos operacionais	10.955	41.132
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	436.080	149.851
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(48.142)	(27.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(71.636)	(57.321)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	316.302	64.881
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(37.147)	(5.741)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	34.431	103.438
Adições de ativo contratual	(215.628)	(166.332)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(218.344)	(68.635)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	137.945	222.440
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(176.135)	(81.007)
Liquidação de operações com derivativos	(5.345)	14.467
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(70.208)	(196.794)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(113.743)	(40.894)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(15.785)	(44.648)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	91.005	135.653
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	75.219	91.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
1 - Receita	2.036.762	2.234.595
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.842.509	2.071.047
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	204.888	169.779
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.635)	(6.231)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.158.624)	(1.333.015)
2.1 Custo com energia elétrica	(856.245)	(1.076.289)
2.2 Material	(153.180)	(118.983)
2.3 Serviços de terceiros	(115.998)	(105.443)
2.4 Outros	(33.202)	(32.300)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	878.138	901.580
4 - Retenções	(68.886)	(61.909)
4.1 Amortização	(68.886)	(61.909)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	809.252	839.671
6 - Valor adicionado recebido em transferência	65.139	51.052
6.1 Receitas financeiras	65.139	51.052
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	874.391	890.723
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	63.260	55.901
8.1.1 Remuneração direta	40.133	35.585
8.1.2 Benefícios	20.781	18.301
8.1.3 F.G.T.S	2.347	2.015
8.2 Impostos, taxas e contribuições	575.727	661.016
8.2.1 Federais	372.743	367.376
8.2.2 Estaduais	202.446	293.437
8.2.3 Municipais	538	202
8.3 Remuneração de capital de terceiros	131.996	86.417
8.3.1 Juros	131.702	85.665
8.3.2 Aluguéis	293	752
8.4 Remuneração de capital próprio	103.407	87.389
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	20.000	22.903
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	8.852	64.494
8.4.3 Lucros retidos	74.555	(8)
	874.391	890.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2022, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 496 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 6,0% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se a classe industrial, que registrou uma queda de 9,4%.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o

déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022:

Em 22 de março de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.017, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Santa Cruz em 7,82%, sendo 8,14% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -0,31% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 8,83% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 5,44% e da Parcela B de 2,69%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução MME nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que vigorou até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

Em 12 de julho de 2022, a Aneel decretou uma revisão tarifária extraordinária, por

meio da Resolução Homologatória nº 3.059, e reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Paulista em -2,32%, referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário. Após a revisão extraordinária, o reajuste tarifário corresponde a um efeito médio de 6,51% percebido pelos consumidores.

3. Desempenho operacional

Cientes: a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2021 com 496 mil clientes, com aumento de 9 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

Vendas de energia

Em 2022, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.059 GWh, uma queda de 6,0% em relação a 2021.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2021 foi de 43,4% para a classe residencial, 14,4% para a classe comercial e 10,4% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- **Classe Residencial:** aumento de 0,6%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2022, em relação a 2021, parcialmente compensado pela volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19, e pelo aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída);
- **Classe Comercial:** crescimento de 3,5%, refletindo a volta da mobilidade após a pandemia de Covid-19 e a reclassificação de alguns consumidores, devido à REN 901/2021. Esse crescimento foi compensado pela migração de alguns clientes para o mercado livre;
- **Classe Industrial:** queda de 9,4%, refletindo o aumento da geração distribuída e a migração de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) da permissionária que se tornou parcialmente livre ao longo de 2022, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Santa Cruz obteve, em 2022, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 70,7, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, resultado 6,0 pontos (ou 7,8%) abaixo do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0 pontos.

Fornecimento de energia: a CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2022, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,74 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,22 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.047 milhões em 2022, representando uma queda de 8,6% (R\$ 193 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de 93,8% no ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 154 milhões); (ii) de 5,8% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 86 milhões); (iii) de 61,2% no ativo financeiro da concessão (R\$ 10 milhões); e (iv) de 4,4% no suprimento de energia elétrica (R\$ 3 milhões); parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (v) de 20,7% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 35 milhões); e (vi) de 7,2% em outras receitas (R\$ 24 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 615 milhões em 2022, representando uma redução de 13,5% (R\$ 96 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.432 milhões em 2022, representando uma queda de 6,3% (R\$ 97 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2022, o EBITDA foi de R\$ 289 milhões, representando um aumento de 19,8% (R\$ 48 milhões), devido à redução de 21,1% no custo com energia elétrica (R\$ 205 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelas seguintes variações: (i) redução de 6,3% na receita operacional líquida (R\$ 97 milhões); (ii) aumento de 20,7% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 35 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; e (iii) aumento de 16,6% (R\$ 25 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 14,3% (R\$ 8 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 26,9% (R\$ 4 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 13,9% (R\$ 7 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 21,6% (R\$ 6 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</i>		
	2022	2021
Lucro Líquido	103.407	87.389
Amortização	68.613	61.675
Resultado Financeiro	68.184	35.879
Contribuição Social	13.165	15.026
Imposto de Renda	36.037	41.689
EBITDA	289.406	241.658

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 103 milhões em 2022, representando um aumento de 18,3% (R\$ 16 milhões), refletindo a alta de 19,8% no EBITDA (R\$ 48 milhões) e a redução de 13,2% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 8 milhões). Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (i) de 90,0% nas despesas financeiras líquidas (R\$ 32 milhões); e (ii) de 11,2% na amortização (R\$ 7 milhões).

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 943 milhões, representando um aumento de 2,2%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 215 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução a estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado na norma ISO 14001 que abrange ações para garantir a conformidade com a legislação e normas vigentes, a melhoria contínua dos processos e o gerenciamento adequado dos riscos identificados. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar a qualidade ambiental nos municípios de sua área de concessão, como o Arborização + Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de

sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Integridade e diversidade”, “Comportamento íntegro durante o período eleitoral”, “Assédio moral e sexual”, e “Comportamento íntegro e o combate à corrupção”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Santa Cruz atua, em 2022 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 5 cidades, beneficiando cerca de 4.700 jovens, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) Circuito CPFL:** retomadas as atividades presenciais do Circuito CPFL, que realizou 13 sessões de cinema com o CineSolar, alcançando cerca de 2.200 pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas; **(iv) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de expectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico CPFL no Youtube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas; **(v) Voluntariado:** O programa atendeu 1 ONG ao longo do ano. Em 2022, 75 pessoas foram beneficiados; e **(vi) Eficiência Energética (0,5% da ROL)** - foram investidos mais de R\$ 4,0 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 2,7 milhões em projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 3.600 pontos de Iluminação por LED; (b) R\$ 286 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que proporcionaram a substituição de 12.977 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED). Também desenvolveu (c) projeto educacional CPFL nas Escolas, que capacitou 5.804 alunos e 221 professores do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Por fim, (d) investiu R\$ 558 mil no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos.

Gestão de Recursos Humanos: em 2022, treinamos 596 colaboradores da base ativa, 93% já passou por algum treinamento. Foram 24.047 mil horas de treinamento. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitas ao longo do ano, foram 49 participantes, 40 aprovados, 24 admitidos (2 mulheres e 22 homens) sendo 82% dos participantes aprovados x 60% contatados.

Rede de Valor: em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022, Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

7. Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, a PwC prestou serviços de asseguarção de *covenants*, revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF), Serviços de Tecnologia da Informação – Segurança da Informação e Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano.

A contratação dos auditores independentes é de competência da Assembleia, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, na cidade de Jaguariúna, estado de São Paulo, CEP 13820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 487 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Mudanças climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 9 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;

- Nota 13 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente

ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração

dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.

(ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota

30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada

do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda

não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem

diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.11 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 23.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.12 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois

possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.13 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pelo CPC e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):

Alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):

As alterações ao CPC 26 (R1), para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos

principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26)

As alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e

de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	5.152	9.502
Aplicações financeiras (*)	<u>70.068</u>	<u>81.502</u>
Total	<u>75.219</u>	<u>91.005</u>

(*) Corresponde a títulos de crédito privado de operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") no montante de R\$ 59.342 (R\$ 43.258 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 10.726 (R\$ 38.244 em 31 de dezembro de 2021), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 100,21% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (99,29% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Classes de consumidores					
Residencial	31.872	25.017	4.373	61.262	77.811
Industrial	3.859	2.210	4.529	10.598	13.666
Comercial	7.930	3.450	569	11.949	14.702
Rural	5.458	2.686	659	8.803	10.785
Poder público	3.200	1.479	2.419	7.098	5.806
Iluminação pública	4.159	1.351	442	5.951	10.412
Serviço público	2.387	1.808	(2)	4.193	6.482
Faturado	58.865	38.001	12.990	109.855	139.664
Não faturado	72.474	-	-	72.474	72.495
Parcelamento de débito de consumidores	6.990	2.429	2.177	11.595	16.151
Operações realizadas na CCEE	4.011	-	-	4.011	16.726
Concessionárias e permissionárias	705	-	-	705	2.396
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(396)	-	-	(396)	(18.479)
	142.649	40.430	15.166	198.245	228.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(14.389)	(12.984)
Total				183.856	215.969
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	6.703	-	-	6.703	8.025
Energia Livre	8.125	-	-	8.125	7.230
Total	14.828	-	-	14.828	15.255

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2020	(10.331)	(659)	(10.990)
Provisão revertida (constituída) líquida	(13.378)	(41)	(13.420)
Recuperação de receita	7.189	-	7.189
Baixa de contas a receber provisionadas	3.537	-	3.537
Saldo em 31/12/2021	(12.984)	(700)	(13.684)
Provisão revertida (constituída) líquida	(18.745)	(25)	(18.770)
Recuperação de receita	8.136	-	8.136
Baixa de contas a receber provisionadas	9.205	-	9.205
Saldo em 31/12/2022	(14.389)	(726)	(15.115)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.856	2.166
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.856	2.166
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.943	1.643
ICMS a compensar	15.548	13.008
Programa de integração social - PIS	362	213
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.791	1.170
Outros tributos a compensar	19.644	16.034
Total circulante	21.500	18.199
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	22.377	19.381
Outros tributos a compensar	22.377	19.381
Total não circulante	22.377	19.381

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	11.035	14.149
COFINS sobre ICMS	49.156	66.266
Total circulante	60.190	80.415
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	24.636	29.817
COFINS sobre ICMS	113.477	138.701
Total não circulante	138.113	168.518
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	55.308	58.606
Total circulante	55.308	58.606
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	132.452	248.934
Total não circulante	132.452	248.934

Em 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de

2005).

Para a CPFL Santa Cruz os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 60.190 (R\$ 119.560 em 31 de dezembro de 2021). Sendo que, entre janeiro e dezembro de 2022 foram compensados R\$ 66.214 (totalizando R\$ 145.061 de compensações realizadas).

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 49.646, saldo este já considerando o reajuste tarifário de março de 2021 (R\$ 20.241) e de março de 2022 (R\$ 135.567) (nota 8) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 155.807.

Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, no 2º trimestre de 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 127.079 (R\$ 129.373 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a CPFL Santa Cruz (empresa incorporada em dezembro de 2017), embora a ação desta empresa ainda não tenha transitado em julgado. O saldo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 138.113.

Considerando as duas ações judiciais (CPFL Santa Cruz e Santa Cruz (incorporada)), o montante total até 31 de dezembro de 2022 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 198.303 e do passivo com consumidores é de R\$ 187.760.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual as distribuidoras do Grupo CPFL são associadas, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Resultado financeiro (nota 26)			Recebimento			Saldo em 31/12/2022			
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Devolução do crédito de PIS e COFINS	Conta de escassez hídrica	Acordo com consumidor	CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	148.894	15.102	163.996	(64.236)	(103.626)	9.275	-	(16.201)	-	(33.460)	(85.581)	41.329	(44.252)
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(4.252)	1.066	(3.186)	26.706	(7.245)	124	-	-	-	(33.460)	(21.698)	4.637	(17.062)
Custos energia elétrica	(58.291)	(8.894)	(67.185)	(116.327)	65.585	(9.379)	-	(5.658)	-	-	(86.160)	(27.303)	(113.463)
ESS e EER (***)	80.681	(1.978)	78.703	(64.251)	(47.703)	2.217	-	(10.542)	-	-	(63.007)	21.431	(41.576)
Proínta	-	260	260	3.425	(3.112)	298	-	-	-	-	-	871	871
Rede básica	6.899	5.640	12.539	37.604	(10.985)	1.297	-	-	-	-	38.809	1.666	40.476
Repasso de Itaipu	130.635	19.647	150.282	40.036	(117.401)	15.667	-	-	-	-	49.555	39.031	88.585
Transporte de Itaipu	355	552	907	1.784	(867)	68	-	-	-	-	1.759	114	1.873
Neutralidade dos encargos setoriais	(7.214)	546	(6.668)	(10.058)	(2.209)	(568)	-	-	-	-	(19.975)	472	(19.503)
Sobrecontratação	80	(1.737)	(1.657)	16.867	289	50	-	-	-	-	15.138	411	15.549
Bandeira Tarifária Faturada	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Outros componentes financeiros	32.131	(24.502)	7.628	53.374	124.597	3.573	(135.567)	(49.731)	(3.419)	-	43.579	(43.123)	456
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	(4.459)	(4.459)	-	107.716	-	(135.567)	-	-	-	-	(32.310)	(32.310)
Outros	32.131	(20.043)	12.087	53.374	16.881	3.573	-	(49.731)	(3.419)	-	43.579	(10.813)	32.765
Total	181.024	(9.400)	171.624	(10.862)	20.971	12.849	(135.567)	(65.931)	(3.419)	(33.460)	(42.002)	(1.794)	(43.796)
Ativo circulante	-	-	140.455	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.415
Ativo não circulante	-	-	31.169	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.681)
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.530)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

VCA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) **Devolução do crédito de PIS e COFINS:** conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.017 relativa ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos créditos de PIS/COFINS decorrentes da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 102.184. Adicionalmente em 13 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.059, relativa à Revisão Tarifária Extraordinária – RTE e incluiu para devolução aos consumidores o montante de R\$ 33.383. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no terceiro trimestre de 2022 (nota 7.1). (ii) **Outros:** refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, diferido e homologado, e ao diferimento referente postergação de tarifa no RTP de 2021, entre outros.

Recebimento - Conta de escassez hídrica: o Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022. A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022 e recebeu o montante de R\$ 65.931 no segundo trimestre de 2022.

Acordo com consumidor: garantia para compensação de efeitos aos consumidores da Companhia, em decorrência de aditamento de contrato de suprimento de energia solicitado por permissionária.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho, cujo valor de R\$ 33.460 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE: a ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) para ativo ou passivo financeiro setorial, antes registrada em taxas regulamentares (nota 17), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

(9) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos débitos fiscais diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(1.332)	(7.097)
Subtotal	(1.332)	(7.097)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(3.654)	(19.667)
Subtotal	(3.654)	(19.667)
Total	(4.986)	(26.764)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.782	7.728	2.555	7.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.360	3.779	1.232	3.421
Programas de P&D e eficiência energética	751	2.087	786	2.182
Provisão relacionada a pessoal	230	639	234	651
Marcação a Mercado - Derivativos	2.611	7.252	975	2.708
Marcação a Mercado - Dívidas	(2.777)	(7.715)	(1.246)	(3.460)
Derivativos	(1.221)	(3.392)	(7.304)	(20.290)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(2.554)	(7.094)	(3.283)	(9.120)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(3.397)	(9.435)	(2.820)	(7.833)
Instrumentos financeiros	804	2.235	804	2.235
Outros	78	262	995	2.808
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Marcação a Mercado - Derivativos	-	-	(17)	(49)
Marcação a Mercado - Dívidas	-	-	(7)	(18)
Total	(1.332)	(3.654)	(7.097)	(19.667)

9.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2023	10.389
2024	6.141
2025	6.141
2026	1.908
2027	4.866
2028 a 2030	2.102
2031 a 2033	1.051
Total	32.599

9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	152.609	152.609	144.104	144.104
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(910)	(910)	(1.701)	(1.701)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	10.779	10.779	10.304	10.304
Despesa Juros sobre o capital próprio	(20.000)	(20.000)	(22.903)	(22.903)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.358	426	36.911	33.590
Base de cálculo	145.836	142.903	166.715	163.393
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(13.125)	(35.726)	(15.004)	(40.848)
Provisão para riscos fiscais	(40)	(311)	(21)	(841)
Total	(13.165)	(36.037)	(15.026)	(41.689)
Corrente	(18.906)	(51.983)	(16.049)	(44.532)
Diferido	5.741	15.946	1.023	2.843

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 21.687 (R\$ 3.866 em 2021) e refere-se a diferenças temporárias.

9.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	268	268	2.396	2.396
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(24)	(67)	(216)	(599)

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2020	70.902
Transferência - ativo contratual	18.018
Transferência - intangível em serviço	(15)
Ajuste ao valor justo	16.502
Baixas	(6)
Saldo em 31/12/2021	105.401
Transferência - ativo contratual	30.058
Transferência - intangível em serviço	(1.035)
Ajuste ao valor justo	6.586
Baixas	(523)
Saldo em 31/12/2022	140.488

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

Em 2022, as baixas de R\$ 523 (R\$ 6 em 2021) referem-se tanto à baixa do ativo de R\$ 346 (R\$ 4 em 2021) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 177 (R\$ 2 em 2021).

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.153	1.051	-	13
Adiantamentos - fornecedores	410	410	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	5.277	2.303	-	-
Ordens em curso	16.768	16.230	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.537	2.272	-	-
Despesas antecipadas	3.597	4.244	35	71
Contas a receber - CDE	13.703	14.360	-	-
Adiantamentos a funcionários	968	1.270	-	-
Arrendamentos e aluguéis	5.079	4.978	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia				
Elétrica a receber (nota 6)	23	18.479	-	-
Outros	2.340	3.394	918	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(726)	(700)	-	-
Total	50.128	68.291	953	83

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

Despesas antecipadas: refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU e PROINFA.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.496 (R\$ 2.096 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 10.723 (R\$ 12.264 em 31 de dezembro de 2021) – (nota 23.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 484.

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(12) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2020	72.928
Adições	168.235
Transferência - Intangível em serviço	(119.830)
Transferência - Ativo financeiro	(18.018)
Saldo em 31/12/2021	103.315
Adições	217.681
Transferência - Intangível em serviço	(151.442)
Transferência - Ativo financeiro	(30.058)
Saldo em 31/12/2022	139.496

(13) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2020	902.657	168	902.825
Custo histórico	1.439.562	200	1.439.762
Amortização acumulada	(536.905)	(32)	(536.937)
Amortização	(61.788)	(121)	(61.909)
Transferência - ativo contratual	119.734	96	119.830
Transferência - ativo financeiro	15	-	15
Baixa e transferência - outros ativos	(6.014)	-	(6.014)
Saldo em 31/12/2021	954.604	143	954.748
Custo histórico	1.526.053	296	1.526.350
Amortização acumulada	(571.449)	(153)	(571.602)
Amortização	(67.744)	(89)	(67.833)
Transferência - ativo contratual	151.442	-	151.442
Transferência - ativo financeiro	1.035	-	1.035
Baixa e transferência - outros ativos	(8.666)	-	(8.666)
Saldo em 31/12/2022	1.030.671	54	1.030.726
Custo histórico	1.651.324	296	1.651.621
Amortização acumulada	(620.653)	(242)	(620.895)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2022 foram capitalizados R\$ 1.779 (R\$ 1.669 em 2021) a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) (nota 26).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre

outros. Para os exercícios de 2022 e 2021, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	503	47.353
Suprimento de energia elétrica	61.628	69.234
Encargos de uso da rede elétrica	28.383	20.104
Materiais e serviços	32.760	31.968
Energia livre	2.094	1.863
Total	125.368	170.522
Não circulante		
Materiais e serviços	-	484
Total	-	484

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	352.672	48.945	(22.133)	41.305	-	(17.519)	403.269
Gastos com captação	(3.682)	-	-	453	-	-	(3.229)
Total moeda nacional	348.990	48.945	(22.133)	41.758	-	(17.519)	400.040
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	333.092	89.000	(35.725)	7.386	(20.504)	(6.829)	366.420
Euro	134.433	-	(118.278)	190	(16.103)	(241)	-
Marcação a mercado	(14.194)	-	-	(16.664)	-	-	(30.858)
Total moeda estrangeira	453.329	89.000	(154.002)	(9.088)	(36.607)	(7.071)	335.562
Total	802.319	137.945	(176.135)	32.670	(36.607)	(24.589)	735.602
Circulante	194.856						77.398
Não circulante	607.463						658.204
Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	262.001	80.440	(20.109)	43.050	-	(12.711)	352.672
Gastos com captação	(4.135)	-	-	453	-	-	(3.682)
Total moeda nacional	257.866	80.440	(20.109)	43.503	-	(12.711)	348.990
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	232.394	142.000	(60.899)	5.983	19.879	(6.265)	333.092
Euro	135.914	-	-	1.114	(1.481)	(1.114)	134.433
Marcação a mercado	(2.583)	-	-	(11.611)	-	-	(14.194)
Total moeda estrangeira	365.725	142.000	(60.899)	(4.514)	18.397	(7.379)	453.329
Total	623.591	222.440	(81.007)	38.989	18.397	(20.091)	802.319
Circulante	84.447						194.856
Não circulante	539.144						607.463

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 30.858 (R\$ 14.194 em 31 de dezembro de 2021), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 28.978 (R\$ 10.884 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 1.880 (R\$ 3.310 em 31 de dezembro de 2021).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pós Fixado						
IPCA						
FINEM	IPCA + 4,27 a 4,80%	(*)	403.269	352.672	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação			(3.229)	(3.682)		
Total moeda nacional			400.040	348.990		
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,85% a 3,06%		366.420	333.092	2022 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,82%		-	134.433	2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(30.858)	(14.194)		
Total moeda estrangeira			335.562	453.329		
Total			735.602	802.319		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(*) De 90% a 120% do CDI

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	82.120
2025	173.744
2026	179.750
2027	38.819
2028 a 2032	93.708
2033 a 2037	82.445
2038 a 2042	38.474
Subtotal	689.062
Marcação a mercado	(30.858)
Total	658.204

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a

composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
IPCA	5,79	10,06	54,38	43,50
CDI	13,65	4,40	45,62	56,50
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2022							
Moeda nacional									
Mensuradas ao custo									
Empréstimos Bancários (IPCA - BNDES)	244.385	48.945		Trimestral Até 07/2023	Mensal Após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	Não se aplica
Moeda Estrangeira									
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	89.000	89.000		Semestral	Parcela única em Março de 2025	Capital de Giro	USD + 2,74%	USD + 2,74%	CDI+1,25%
	333.385	137.945							

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	191.613	24.434	(23.553)	192.494
Gastos com captação	(143)	59	-	(84)
Total ao custo	191.470	24.494	(23.553)	192.409
Total	191.470	24.494	(23.553)	192.409
Circulante	1.613			97.434
Não circulante	189.857			94.975

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	190.334	8.837	(7.558)	191.613
Gastos com captação	(203)	59	-	(143)
Total ao custo	190.131	8.896	(7.558)	191.470
Total	190.131	8.896	(7.558)	191.470
Circulante	334			1.613
Não circulante	189.797			189.857

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	107% do CDI	(*)	192.494	191.613	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação			(84)	(143)		
Total mensuradas ao custo			192.409	191.470		
Total			192.409	191.470		

Taxa efetiva a.a.:

(*) 107,84% do CDI

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures, e as debêntures classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos programados para 2024.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos

de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	174	156
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.011	2.011
Bandeiras tarifárias e outros	3	23.044
Total	<u>2.189</u>	<u>25.211</u>

Bandeiras tarifárias e outros: O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	775	1.303
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	185	1.091
Imposto de renda e contribuição social a recolher	959	2.394
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.606	33.563
Programa de integração social - PIS	1.157	774
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.378	3.660
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	3.000	1.008
Outros	2.368	1.832
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20.509	40.837
Total Circulante	<u>21.468</u>	<u>43.231</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.091	5.466
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	968	733
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7.059	6.199
Total Não circulante	<u>7.059</u>	<u>6.199</u>

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS: a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento.

Imposto de renda e contribuição social a recolher: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não,

cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	13.519	4.066	14.719	3.546
Cíveis	800	237	612	245
Fiscais	15.734	20.055	14.388	18.745
Outros	556	-	494	-
Total	30.608	24.358	30.213	22.536

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	14.719	1.616	(198)	(3.829)	1.211	13.519
Cíveis	612	3.541	(226)	(3.242)	115	800
Fiscais	14.388	3.169	(180)	(3.657)	2.013	15.734
Outros	494	-	-	-	61	556
Total	30.213	8.327	(604)	(10.728)	3.401	30.608

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo CPMF, PIS e COFINS.
- Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	7.151	10.377	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	19.399	18.431	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	94.198	149.137	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	50.271	50.082	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	526	464	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	171.544	228.492	

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	13.172	7.265	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	12.088	11.437	673	429
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.725	10.655	2.339	252
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	2.285	3.175	-	-
Fundo de reversão	185	180	2.656	2.840
Adiantamentos	11.554	10.920	372	577
Descontos tarifários - CDE	-	3.578	-	-
Folha de pagamento	740	566	-	-
Participação nos lucros	3.204	2.888	781	564
Convênios de arrecadação	3.956	3.854	-	-
Outros	2.838	1.723	1.203	19
Total	58.748	56.241	8.023	4.682

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	359.058.396	100,00

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,01 vezes o EBITDA em 2022 (3,45 vezes em 2021), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

21.2 - Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 28 de abril de 2022 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 22.903 declarado em agosto e dezembro de 2021 e (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 64.494.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 20.000 (R\$ 17.000 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2022;
- Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 8.852, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária em abril de 2023.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 70.208 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

21.3 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 271.329, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 34.083, ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 233.016 e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 4.230.

21.4 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	103.407
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	(6)
Lucro líquido base para destinação	103.401
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(70.320)
Reserva de lucros a realizar	(4.230)
Juros sobre capital próprio	(20.000)
Dividendo mínimo obrigatório	(8.852)

Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 70.320 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 4.230, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	103.407	87.389
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	359.058.396	359.058.396
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	288,00	243,38

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	441.765	431.718	894	889	663.596	710.520
Industrial	2.957	3.062	215	237	156.408	171.637
Comercial	26.098	23.044	296	286	231.683	226.133
Rural	20.109	24.079	279	311	168.698	179.217
Poderes públicos	4.224	4.145	65	55	49.097	41.761
Iluminação pública	550	533	123	125	54.647	61.442
Serviço público	734	726	110	113	73.996	74.745
Fornecimento faturado	496.437	487.307	1.982	2.015	1.398.125	1.465.456
Consumo próprio	110	110	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(1.692)	16.483
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(687.822)	(704.086)
Fornecimento de energia elétrica	496.547	487.417	1.984	2.017	708.611	777.853
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			75	173	41.314	61.657
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(21.285)	(19.286)
Energia elétrica de curto prazo			222	62	27.050	9.819
Suprimento de energia elétrica			297	235	47.079	52.190
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					709.107	723.372
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					231.435	216.210
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(2.646)	(2.602)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					204.888	169.779
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					10.109	164.073
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					6.409	16.500
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					99.318	94.199
Outras receitas e rendas					33.087	29.252
Outras receitas operacionais					1.291.707	1.410.783
Total da receita operacional bruta					2.047.397	2.240.826
Deduções da receita operacional						
ICMS					(201.991)	(293.078)
PIS					(26.852)	(34.729)
COFINS					(122.035)	(159.956)
ISS					(309)	(4)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(259.957)	(176.667)
Programa de P & D e eficiência energética					(12.140)	(13.373)
PROINFA					(12.538)	(8.237)
Bandeiras tarifárias e outros					22.511	(22.337)
Outros					(2.055)	(3.333)
					(615.366)	(711.715)
Receita operacional líquida					1.432.031	1.529.111

23.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET. Os valores constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais entre setembro de 2015 e fevereiro de 2017 somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento

e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADÉE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

23.2 Revisões e Reajustes Tarifários

Em março de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 2022 (REH nº 3.017), o reajuste tarifário anual - RTA médio foi de +7,82%, sendo +8,14% referentes ao reajuste tarifário econômico, -0,31% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 8,83% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Em 2021 (REH nº 2.837), ocorreu a revisão tarifária periódica - RTP, cujo reajuste médio foi de +17,19%, sendo +16,98% referentes ao reajuste tarifário econômico, +0,21% relativos aos componentes financeiros pertinentes e +9,95% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Adicionalmente, em 13 de julho de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.059, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu a tarifa e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores em -2,32%.

23.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 99.318 (R\$ 94.199 em 2021), sendo (i) R\$ 13.963 (R\$ 10.996 em 2021) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 72.225 (R\$ 76.882 em 2021) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 13.129 de subvenção CCRBT (R\$ 6.321 em 2021).

23.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022.

A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022.

E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

23.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	504	515	146.920	182.366
PROINFA	48	52	28.035	17.440
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.034	2.096	369.272	523.231
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(50.242)	(66.229)
Subtotal	2.586	2.663	493.985	656.808
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			202.422	193.787
Encargos de transporte de itaipu			14.040	14.849
Encargos de conexão			8.448	9.019
Encargos de uso do sistema de distribuição			15.286	12.275
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			22.986	105.723
Encargos de energia de reserva - EER			35.021	8.523
Crédito de PIS e COFINS			(27.581)	(31.834)
Subtotal			270.622	312.342
Total			764.607	969.150

(*) Conta de energia de reserva

A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021.

A grande melhora do cenário energético reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022, contribuindo para a redução do custo com ESS.

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	46.043	41.522	-	-	6.487	5.896	13.698	10.537	-	-	66.228	57.954
Material	16.081	12.789	126	71	123	63	765	550	-	-	17.094	13.473
Serviços de terceiros	21.102	17.877	192	128	14.881	13.073	21.882	19.912	-	-	58.057	50.991
Custos com construção da infraestrutura	-	-	204.888	169.779	-	-	-	-	-	-	204.888	169.779
Outros	136	187	-	-	4.866	5.243	7.728	7.586	8.386	6.860	21.116	19.875
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	4.601	5.003	-	-	-	-	4.601	5.003
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	275	734	-	-	275	734
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	946	785	-	-	946	785
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	5.709	5.198	-	-	5.709	5.198
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	8.091	6.532	8.091	6.532
Outros	136	187	-	-	265	239	798	869	295	328	1.494	1.623
Total	83.362	72.376	205.206	169.978	26.356	24.275	44.073	38.584	8.386	6.860	367.383	312.073

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	11.142	6.651
Acréscimos e multas moratórias	17.143	16.384
Atualização de créditos fiscais	7.704	5.639
Atualização de depósitos judiciais	1.381	522
Atualizações monetárias e cambiais	5.028	11.296
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	731	694
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	18.024	7.035
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.029)	(2.581)
Outros	3.987	2.832
Total	62.110	48.471
Despesas		
Encargos de dívidas	(51.088)	(30.394)
Atualizações monetárias e cambiais	(64.942)	(40.685)
(-) Juros capitalizados	1.779	1.669
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(5.175)	-
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 7.1)	(7.047)	-
Outros	(3.822)	(14.940)
Total	(130.295)	(84.350)
Resultado financeiro	(68.184)	(35.879)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 91.113 (R\$ 3.670 em 2021) (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços: Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.

b) Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos: A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pelo CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 3.327 (R\$ 1.143 em 2021). Este valor é composto por R\$ 2.990 (R\$ 917 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 18 (R\$ 9 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 319 (R\$ 217 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	323	312	1.300	1.222	-	-	11.423	9.653
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	326	-	302	342	234	147
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	25.852	5.714	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	43.007	41.005	5.528	7.560	7	12	21.976	21.351
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	26	15	3.505	3.081	1.856	1.604	34.151	34.267
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	90	199	-	-	818	2.126
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	17.786	17.572
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	2.312	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	(663)	-	117	133

A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 42.865 no exercício de 2022 (R\$ 40.814 em 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2022
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	44.252
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	56.666
Garantia	Seguro Garantia	78.795
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		512.712

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;

- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais; à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas

distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	75.219	75.219
Derivativos	30	(a)	Nível 2	14.317	14.317
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	140.488	140.488
Total				230.024	230.024
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	400.040	400.040
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	335.562	335.562
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	192.409	192.462
Derivativos	30	(a)	Nível 2	29.726	29.726
Total				957.736	957.790

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 16.664 em 2022 (R\$ 11.611 em 2021)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação, (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arrendamento;

- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B-global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	14.317	(29.726)	(15.409)	13.569	(28.978)	US\$ + de 1,85% a 2,74%	CDI + 0,8% a CDI + 1,29%	fev/23 a set/26	339.000
Total	14.317	(29.726)	(15.409)	13.569	(28.978)				
Não circulante	14.317	(29.726)	(15.409)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	81.159	(72.935)	5.345	13.569
Marcação a mercado (*)	(10.884)	(18.094)	-	(28.978)
Total	70.274	(91.029)	5.345	(15.409)
Ativo circulante	41.070			-
Ativo não circulante	29.451			14.317
Passivo não circulante	(247)			(29.726)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	Ganho (Perda) no resultado		abrangente	
	2022	2021	2022	2021
Variação cambial	(72.935)	11.502	-	-
Marcação a mercado	(18.178)	(15.172)	84	860
Total	(91.113)	(3.670)	84	860

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2022 foi de R\$ 6.586 (R\$ 16.502 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10 e 23.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(335.562)		(26.947)	63.680	154.308
Derivativos - swap plain vanilla	346.616		27.834	(65.778)	(159.391)
	11.054	baixa dolar	887	(2.098)	(5.083)
Total	11.054		887	(2.098)	(5.083)
Efeitos no resultado do exercício			887	(2.098)	(5.083)

(a) A taxa de cambio considerada em foi de R\$ 5,22 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,64 e a depreciação cambial de 8,03% do dólar em 31.12.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	75.344				10.495	13.119	15.743
Instrumentos financeiros passivos	(192.494)				(26.814)	(33.518)	(40.222)
Derivativos - swap plain vanilla	(362.025)				(50.430)	(63.038)	(75.645)
	(479.174)	alta CDI	13,65%	13,93%	(66.749)	(83.437)	(100.124)
Instrumentos financeiros passivos	(403.269)				(26.575)	(33.219)	(39.863)
Ativo financeiro da concessão	140.488				9.258	11.573	13.887
	(262.782)	alta IPCA	5,79%	6,59%	(17.317)	(21.646)	(25.976)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(43.796)				(6.101)	(7.626)	(9.151)
	(43.796)	alta SELIC	13,65%	13,93%	(6.101)	(7.626)	(9.151)
Total	(785.752)				(90.167)	(112.709)	(135.251)
Efeitos no resultado do exercício					(90.167)	(112.709)	(135.251)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da

Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- e B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 30b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14	123.982	1.386	-	-	-	-	125.368
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	2.362	75.848	55.087	323.343	222.926	372.029	1.051.595
Derivativos	30	-	-	-	6.850	22.876	-	29.726
Debêntures - principal e encargos	16	-	-	114.272	100.952	-	-	215.224
Taxas regulamentares	17	2.189	-	-	-	-	-	2.189
Outros	20	1.188	16.260	2.150	369	369	1.918	22.253
Consumidores e concessionárias		1.173	11.999	-	-	-	-	13.172
EPE / FNDCT / PROCEL		-	274	2.011	-	-	-	2.285
Convênio de arrecadação		-	3.956	-	-	-	-	3.956
Fundo de reversão	15	31	-	139	369	369	1.918	2.841
Total		129.721	93.493	171.508	431.514	246.172	373.947	1.446.354

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022, um valor de R\$ 1.779 (R\$ 1.669 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 22 anos	371.836	631.387	620.052	3.287.915	4.911.191
Compra de energia de Itaipu	Até 22 anos	101.737	203.617	204.205	1.820.259	2.329.818
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 22 anos	279.876	615.550	653.750	5.912.160	7.461.336
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	76.949	25.578	-	-	102.527
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	46.462	15.518	2.117	-	64.098
Total		876.860	1.491.651	1.480.125	11.020.334	14.868.969

(33) EVENTO SUBSEQUENTE

33.1 Empréstimos e financiamentos:

Em 24 de fevereiro de 2023, houve a liberação referente financiamento Lei 4.311, no montante de R\$ 80.000, com taxa de juros CDI + 1,33%, pagamento de juros semestrais e amortização em fevereiro de 2026, para reforço de capital de giro.

33.2 Decisão do STF sobre causas tributárias:

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

Companhia Jaguari de Energia

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Jaguari de Energia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Rua José Pires Neto, 314, 8º a 10º,
Campinas, SP, Brasil, 13025-170
T: 4004-8000, www.pwc.com.br

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
 Adriano Formosinho Correia
 Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA.78278562504
 CPF: 78278562504
 Signing Time: 15 March 2023 | 21:16 BRT

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado*)
Ativo			
Ativo Circulante		400.424	654.173
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	75.219	91.005
Consumidores	6	179.537	215.326
Concessionárias e Permissionárias	6	4.716	19.122
Serviços em Curso		17.617	17.016
Tributos Compensáveis	7	21.500	18.200
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	60.190	80.415
Almoxarifado Operacional		4.719	2.944
Investimentos Temporários	8	5.277	2.303
Ativos Financeiros Setoriais	9	4.415	117.811
Despesas Pagas Antecipadamente		3.597	4.244
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	-	41.070
Outros Ativos Circulantes	11	23.638	44.717
Ativo Não Circulante		1.942.943	1.900.504
Consumidores	6	14.828	15.255
Tributos Compensáveis	7	22.377	19.381
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	138.113	168.518
Depósitos Judiciais e Cauções	17	24.358	22.536
Ativos Financeiros Setoriais	9	-	40.172
Despesas Pagas Antecipadamente		35	71
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	14.317	29.451
Outros Ativos Não Circulantes	11	245	13
Imobilizado	12	1.688.015	1.569.593
Intangível	12	40.655	35.514
Total do Ativo		2.343.367	2.554.677

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Balancos Patrimoniais em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado*)
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	125.368	170.522
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	175.389	196.469
Obrigações Sociais e Trabalhistas		9.376	8.464
Tributos	16	21.468	43.231
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	25	25.852	5.714
Encargos Setoriais	15	25.287	27.437
Passivos Financeiros Setoriais	9	32.681	397
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	55.308	58.606
Outros Passivos Circulantes	18	31.545	45.998
		1.250.405	1.401.530
Passivo Não Circulante			
Fornecedores	13	-	484
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	753.434	797.320
Tributos	16	139	-
Provisão para Litígios	17	37.528	36.412
Encargos Setoriais	15	3.012	681
Tributos Diferidos	10	81.458	111.222
Passivos Financeiros Setoriais	9	15.530	9.003
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	29.726	247
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	132.452	248.934
Outros Passivos Não Circulantes	18	4.757	4.001
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	19	192.371	193.226
		1.752.679	1.958.369
Total do Passivo			
Patrimônio Líquido			
	20		
Capital Social		170.413	170.413
Reservas de Capital		6.086	6.080
Outros Resultados Abrangentes		192.082	208.705
Reservas de Lucros		210.475	135.926
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		-	64.494
Lucros ou prejuízos Acumulados		11.631	10.689
		590.688	596.307
Total do Patrimônio Líquido			
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			
		2.343.367	2.554.677

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021 (Reapresentado*)
Receita	21	1.807.116	2.006.811
Fornecimento de Energia Elétrica		708.506	759.374
Suprimento de Energia Elétrica		20.029	42.371
Energia Elétrica de Curto Prazo		27.050	9.819
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		940.543	939.582
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		10.109	141.736
Serviços Cobráveis		1.456	1.251
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		99.422	112.678
Tributos		(348.174)	(487.752)
ICMS		(202.037)	(293.079)
PIS-PASEP		(26.024)	(34.728)
COFINS		(119.804)	(159.941)
ISS		(309)	(4)
Encargos - Parcela "A"		(264.179)	(200.114)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(6.070)	(6.687)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(6.070)	(6.687)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(259.957)	(176.667)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(2.055)	(1.838)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA		(12.538)	(8.237)
Outros Encargos		22.511	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido		1.194.762	1.318.944
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	22	(764.607)	(969.150)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(493.985)	(656.808)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(270.622)	(312.342)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		430.155	349.793
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(233.408)	(217.286)
Pessoal e Administradores	23	(66.253)	(57.812)
Material		(17.094)	(13.473)
Serviços de Terceiros		(58.057)	(50.991)
Arrendamento e Aluguéis		(1.328)	(734)
Seguros		(423)	(318)
Doações, Contribuições e Subvenções		537	(142)
Provisões		(8.178)	(13.492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.635)	(6.231)
(-) Recuperação de Despesas		1.912	2.305
Tributos		(645)	(539)
Depreciação e Amortização		(81.180)	(80.471)
Depreciação		(75.278)	(75.445)
Amortização		(5.901)	(5.026)
Gastos Diversos		(13.419)	(13.111)
Outras Receitas Operacionais		35.309	29.859
Outras Despesas Operacionais		(13.956)	(12.137)
Resultado da Atividade		196.746	132.507
Resultado Financeiro	24	(67.978)	(31.516)
Receitas Financeiras		98.718	61.015
Despesas Financeiras		(166.696)	(92.531)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		128.768	100.991
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(40.864)	(41.487)
Resultado Líquido do Exercício		87.904	59.503
Atribuível aos Acionistas Controladores		87.904	59.503

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado Líquido do Exercício	87.904	59.503
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(177)	-
Constituição de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	174.006
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>87.727</u>	<u>233.509</u>
Atribuível aos Acionistas Controladores	87.727	233.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
		Reapresentado*
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	87.904	59.503
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	5.901	5.026
Depreciação	76.331	75.445
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	11.552	11.091
Imposto de renda e Contribuição social	40.864	41.487
Juros e variações monetárias	99.056	66.070
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	10.635	6.231
Provisões para litígios	8.217	8.151
	340.461	273.004
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40.388	(72.529)
Depósitos vinculados a litígios	(442)	249
Tributos compensáveis	59.961	54.208
Repasso do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	657	(5.060)
Ativos financeiros setoriais	30.657	(28.442)
Outros ativos operacionais	(2.004)	(3.550)
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	18	(1.843)
Fornecedores	(45.638)	11.426
Passivos financeiros setoriais	39.007	(112.591)
Salários e encargos sociais	595	459
Tributos e contribuição social	(23.634)	7.699
Provisões para litígios pagos	(10.791)	(2.459)
Repasso para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(3.578)	(11.383)
Outros passivos operacionais	10.360	40.673
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	436.016	149.862
Encargos de dívidas pagos	(48.142)	(27.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(71.573)	(57.321)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	316.301	64.892
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(228.306)	(182.057)
Participação financeira do consumidor	12.678	15.713
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(37.147)	(5.741)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	34.431	103.438
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	(218.344)	(68.646)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	137.945	222.440
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(176.135)	(81.007)
Liquidação de operações com derivativos	(5.345)	14.467
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(70.208)	(196.794)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	(113.743)	(40.894)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(15.786)	(44.648)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	91.005	135.653
No fim do exercício	75.219	91.005

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Outros Resultados Abrangentes		Reserva de Lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
			Reserva de Reavaliação	Outros	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	170.413	6.088	55.657	-	34.083	262.341	-	17.617	546.198
Resultado abrangente total									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	59.503	59.503
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação	-	-	(31.754)	-	-	-	-	31.754	-
Outros resultados abrangentes: efeito tributário da realização de reserva de reavaliação	-	-	10.796	-	-	-	-	(10.796)	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	174.006	-	-	-	-	-	174.006
Mutações internas do patrimônio líquido									
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(8)	-	-	-	-	-	8	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	64.494	(64.494)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(22.903)	(22.903)
Aprovação de dividendos intermediários - AGE 07/10/2021, 14/12/2021 e 20/12/2021	-	-	-	-	-	(160.498)	-	-	(160.498)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	170.413	6.080	208.705	-	34.083	101.843	-	64.494	596.307
Resultado abrangente total									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	87.904	87.904
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	-	(16.623)	-	-	-	-	16.623	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros adoção MCSD	-	-	-	177	-	-	-	(177)	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(177)	-	-	-	-	(177)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	6	-	-	-	-	-	(6)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	70.320	-	(70.320)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	4.230	(4.230)	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(8.852)	(8.852)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(64.494)	-	(64.494)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	170.413	6.086	192.082	-	34.083	172.162	4.230	-	590.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Relatório da Administração Regulatório

Senhores e senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais – A CPFL Santa Cruz atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. Em 2022, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 497 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná. O volume de energia vendida pela Companhia, em termos percentuais, corresponde a 0,6% de participação no mercado nacional.

Além disso, as vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 6,0% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se a classe industrial, que registrou uma queda de 9,4%, refletindo o aumento da geração distribuída e a migração de clientes para o mercado livre. A classe Comercial por sua vez, apresentou um crescimento de 3,5%, refletindo a volta da mobilidade após a pandemia de Covid-19 e a reclassificação de alguns consumidores, devido à Resolução Normativa (REN) ANEEL nº 1.000/2021. Já a classe residencial registrou um crescimento de 0,6%, principalmente devido ao incremento de unidades consumidoras em 2022 em relação a 2021, parcialmente compensado pela volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19, e pelo aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída).

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Companhia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 70,7 pontos, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, resultado 6,0 pontos (ou 7,8%) abaixo do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0 pontos.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

Perfil – A CPFL Santa Cruz distribui energia elétrica para aproximadamente 1,1 milhão de pessoas, numa área que abrange 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná. Atende atualmente 496 mil consumidores cativos e 250 consumidores livres. Em 2022, a Concessionária distribuiu 2.057 GWh ao mercado cativo e 1.124 GWh ao mercado livre (com Uso D).

Ligação de consumidores – No ano de 2022, no mercado cativo foram 9.130 unidades consumidoras a mais que em 2021. As novas unidades consumidoras concentram-se principalmente na classe residencial (10.047 a mais em relação ao ano de 2021). Nas classes rural e industrial houve reduções de 3.970 e 105 unidades consumidoras, respectivamente, em relação à quantidade faturada de 2021, muito em função da reclassificação de clientes que alocou boa parte destes na classe comercial.

Número de Consumidores					
Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	398.931	408.272	419.006	431.718	441.765
Industrial	3.399	3.241	3.175	3.062	2.957
Comercial	24.838	24.266	23.578	23.044	26.098
Rural	24.533	24.647	24.450	24.079	20.109
Poderes Públicos	3.931	4.005	4.056	4.145	4.224
Iluminação Pública	508	492	508	533	550
Serviço Público	666	697	717	726	734
Total	456.806	465.620	475.490	487.307	496.437
Varição	2,2%	1,9%	2,1%	2,5%	1,9%

*Consideramos o valor das empresas agrupadas para todos os períodos demonstrados na tabela.

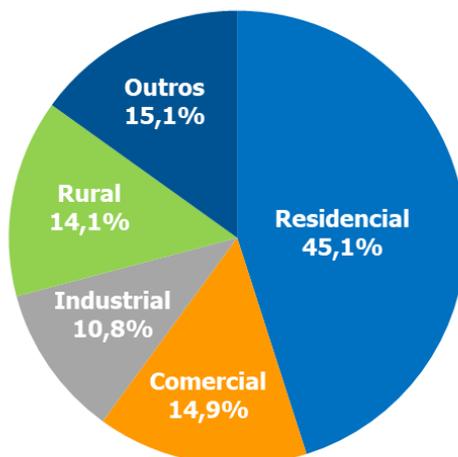
Comportamento do mercado – A distribuição de energia da CPFL Santa Cruz, no período de janeiro a dezembro de 2022, totalizou 3.180 GWh, queda de -0,5%, sendo 2.057 GWh para o mercado cativo (2.188 GWh em 2021) e 1.039 GWh para o mercado livre (1.005 GWh em 2021) e 84,6 GWh como Uso D (4,5 GWh em 2021).

Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que levou a um crescimento de 11,4% nessa linha. No mercado cativo a classe residencial apresentou crescimento de 0,6% em relação a 2021 devido ao aumento de número de unidades consumidoras compensada parcialmente pelo efeito do fim das medidas de restrição de mobilidade e avanço da geração distribuída. A classe industrial apresentou queda de -9,4% afetada pela migração de clientes para o mercado livre. A classe comercial apresentou crescimento de 3,5% devido a retomada da mobilidade e reclassificação de clientes. As classes rural e serviço público apresentaram redução de -10,1% e -2,2%, respectivamente, em relação ao ano de 2021, sendo ambas afetadas pela reclassificação de consumidores para a classe comercial. O poder público apresentou desempenho positivo de 19,5% em relação a 2021 refletindo o fim das medidas de restrição de mobilidades.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	2.256	2.331	2.236	2.188	2.057
Fornecimento	2.114	2.163	2.057	2.015	1.982
Residencial	800	836	870	889	894
Comercial	331	345	297	286	296
Industrial	407	386	279	237	215
Rural	284	296	322	311	279
Poderes Públicos	63	64	50	55	65
Iluminação Pública	119	126	128	125	123
Serviço Público	110	110	110	113	110
Suprimento p/ agentes de distribuição	141	168	179	173	74
Uso da Rede de Distribuição	623	732	834	1.009	1.124
Consumidores Livres/Dist./Ger.	623	732	834	1.009	1.124
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	2.879	3.064	3.070	3.197	3.180
Varição	14,7%	6,4%	0,2%	4,1%	-0,5%

Mercado Cativo Atendido
Consumo por classe de consumidores - 2022



Perdas – O Plano de Perdas da CPFL Santa Cruz tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores Clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

Além disto, a CPFL Santa Cruz está focando na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as inspeções com equipamentos mais precisos, como *fiber scope* e ADR. Entre os anos de 2021 e 2022, as perdas reais foram de 10,21% e 9,43%, respectivamente, considerando perdas na rede básica. Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2021 e 2022, foram de 7,80% e 7,11%, respectivamente.

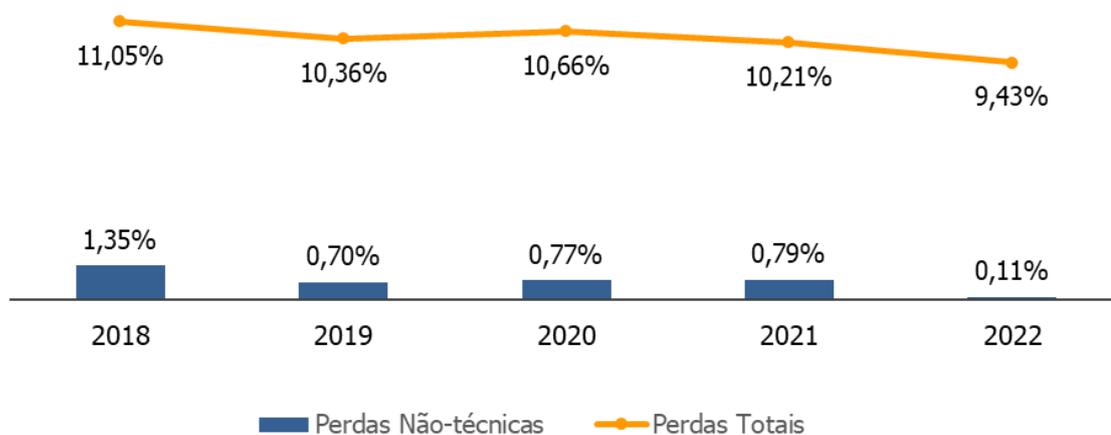
Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2022 recuperou 23,7 GWh, através de inspeções em 9,7 mil unidades consumidoras, recorte de 2,6 mil instalações inativas religadas à revelia, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a CPFL Santa Cruz regularizou mais de 200 consumidores clandestinos, além de blindar 900 consumidores em baixa tensão e mais de 60 em média tensão.

Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

Balço Energético					
Energia Requerida	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	2.258	2.333	2.261	2.190	2.046
Fornecimento	2.116	2.165	2.081	2.017	1.865
Suprimento p/ agentes de distribuição ¹	141	168	179	173	181
Consumidores Livres/Dist./Ger.	634	739	853	1.016	1.150
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	2.891	3.072	3.113	3.206	3.196
Perdas na Rede Básica	86	93	103	93	88
Perdas na Distribuição	273	262	269	271	245
Perdas Técnicas	229	238	242	243	241
Perdas não Técnicas - PNT	44	24	27	28	4
PNT / Energia Requerida %	1,35%	0,70%	0,77%	0,79%	0,11%
Perdas Totais - PT	359	355	371	364	333
PT / Energia Requerida %	11,05%	10,36%	10,66%	10,21%	9,43%
Total	3.251	3.427	3.485	3.571	3.529
Perdas na D	8,62%	7,87%	7,94%	7,80%	7,11%

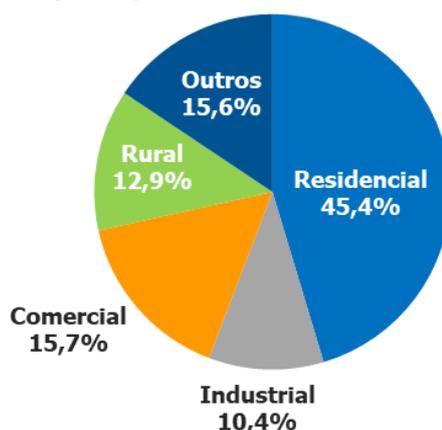
Nota: (1) Energia faturada de suprimento conforme critério utilizado para o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP).



Receita – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 1.198 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida (R\$ mil)			
Classe	2022	2021	%
Residencial	543.270	541.416	0,3%
Industrial	124.971	133.886	-6,7%
Comercial	188.184	176.338	6,7%
Rural	154.338	160.810	-4,0%
Outros	186.893	201.118	-7,1%
Total	1.197.656	1.213.569	-1,3%

Receita líquida por classe de consumidores - 2022



Número de consumidores – O número de consumidores em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 1,9% sobre o mesmo mês de 2021, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2022	2021	%
Residencial	441.765	431.718	2,3%
Comercial	26.098	23.044	13,3%
Industrial	2.957	3.062	-3,4%
Rural	20.109	24.079	-16,5%
Outros	5.508	5.404	1,9%
Total	496.437	487.307	1,9%

Tarifas – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2022, atingiu R\$ 604,20/MWh, com aumento de 0,3% em relação a 2021.

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) foi estabelecido em 22 de março de 2022, e por meio da Resolução Homologatória (REH) nº 3.017, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Santa Cruz em 7,82%, sendo 8,14% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e -0,31% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 8,83% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reposicionamento econômico foi de 5,44% e da Parcela B de 2,69%. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de março de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL decretou uma revisão tarifária extraordinária, por meio da REH nº 3.059, e reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Santa Cruz em -2,32%, referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário. Após a revisão extraordinária, o reajuste tarifário corresponde a um efeito médio de 6,51% percebido pelos consumidores.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução MME nº 3/2021, entrou em vigor a “Bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que vigorou até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	607,88
Comercial	635,89
Industrial	582,23
Rural	552,51
Outros	625,90
Tarifa Média	604,20

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item "Comportamento de Mercado".

Tarifa por faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas - R\$	622,51	625,88	709,92

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Santa Cruz, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 91 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

Qualidade do fornecimento – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2018	6,01	5,09
2019	5,56	4,25
2020	4,89	3,68
2021	5,66	4,21
2022	4,74	3,22

*Consideramos o valor das empresas agrupadas para todos os períodos demonstrados na tabela.

Atendimento ao consumidor – A CPFL Santa Cruz, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão da CPFL Santa Cruz, composta de 45 municípios, e dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Como resultado dessa intensa interação com o consumidor e com presença em todos os 45 municípios da área de concessão da CPFL Santa Cruz, no ano de 2022, houve negociações de débitos de irregularidades de anos anteriores em torno de R\$ 29 mil.

Na CPFL Santa Cruz, essa estrutura é composta por 2 agências de atendimento, 126 imobiliárias e

48 credenciados rede fácil, responsáveis por 1,27 milhão de serviços gerados nos atendimentos em 2022.

Além das Agências de Atendimento presencial e credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionar com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento.

Dados de atendimento da CPFL Santa Cruz:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 2,1 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 73 mil/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL: 3,5 milhões de atendimentos realizados;
- Aplicativo CPFL Energia: 3,1 milhões de atendimentos realizados;
- WhatsApp: 277 mil atendimentos realizados;
- SMS: 1,6 mil mensagens recebidas;
- E-mail: 3 mil atendimentos realizados;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais: 435 mil atendimentos realizados;
- Mídias Sociais (Facebook, Twitter, Colab, Reclame Aqui e Consumidor.gov): 1,8 mil atendimentos realizados.

Tecnologia da informação – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2022, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) ARRC – Fase I; (ii) CP18 - Resolução 1000; (iii) Gestão de RH – Fase II; (iv) Despacho Dinâmico de Serviços; (v) Nota Fiscal Eletrônica; (vi) Projeto Sapiens; (vii) Projeto ADMS; e (viii) Projeto ADR.

Desempenho econômico-financeiro – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2022, a CPFL Santa Cruz alcançou receita líquida de R\$ 1.195 milhões, uma redução de 9,4% (R\$ 124 milhões), principalmente em decorrência das seguintes variações: (i) queda de 92,8% (R\$ 132 milhões) nos ativos e passivos financeiros setoriais; (ii) queda de 6,7% (R\$ 51 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (iii) aumento de 32,0% (R\$ 64 milhões) em encargos de parcela A; (iv) queda de 52,7% (R\$ 22 milhões) no suprimento de energia elétrica; e (v) queda de 11,8% (R\$ 13 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) queda de 28,6% (R\$ 140 milhões) nos tributos; (ii) aumento de 175,5% (R\$ 17 milhões) na energia elétrica de curto prazo; (iii) aumento de 0,1% (R\$ 1 milhão) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; e (iv) aumento de 16,5% (R\$ 0,2 milhão) nos serviços cobráveis.

Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve uma redução de 21,1% (R\$ 205 milhões), devido às quedas de 24,8% (R\$ 163 milhões) na energia elétrica comprada para revenda e de 13,4% (R\$ 42 milhões) no encargo de transmissão, conexão e distribuição.

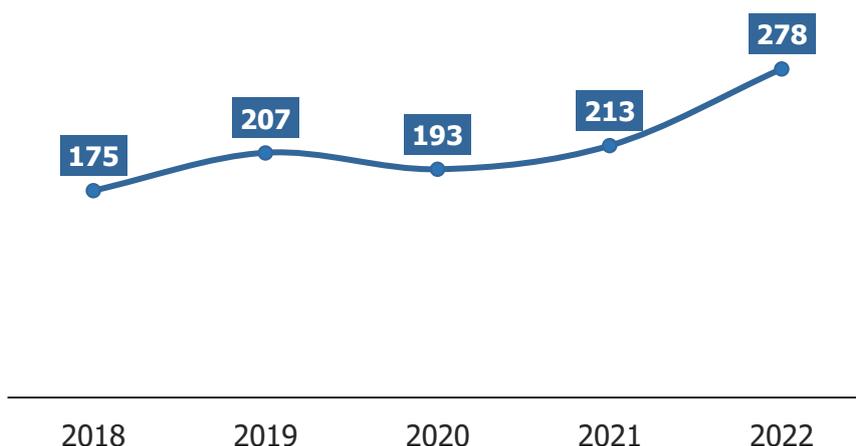
As despesas operacionais (Parcela B) em 2022 foram de R\$ 233 milhões, um aumento de 7,4% (R\$ 16 milhões).

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

Em R\$ mil	2022	2021
Resultado Líquido	87.904	59.503
Depreciação e Amortização	81.180	80.471
Resultado Financeiro	67.978	31.516
Impostos Sobre o Lucro	40.864	41.487
EBITDA	277.926	212.978

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 278 milhões em 2022, um aumento de 28,9% (R\$ 62 milhões), em relação a 2021. Segue abaixo o gráfico da evolução do EBITDA:

Evolução do EBITDA | Últimos 5 anos (R\$ milhões)



Em 2022, a CPFL Santa Cruz apurou um Resultado Financeiro negativo (despesa financeira líquida) de R\$ 68 milhões, um aumento de 115,7% (R\$ 34 milhões). A Receita Financeira foi de R\$ 99 milhões, um aumento de 53,1% (R\$ 36 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 167 milhões, um aumento de 80,2% (R\$ 74 milhões).

Em 2022, a CPFL Santa Cruz apurou Resultado Líquido de R\$ 88 milhões, um aumento de 47,7% (R\$ 28 milhões).

Investimentos - Em 2022, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Santa Cruz, totalizaram R\$ 191 milhões, um aumento de 27,7% em relação à 2021. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.178 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

Evolução e Projeção dos Investimentos

Tab 9 - Plano de Desenvolvimento de Distribuição - R\$ Mil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AIS Bruto	214.296	149.714	191.183	168.768	231.173	274.558	252.876	250.862
Transformador de Distribuição	9.741	21.490	27.959	8.617	6.516	6.843	7.352	9.519
Medidor	17.280	4.383	6.308	5.456	6.374	5.058	5.128	5.196
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	31.048	43.322	44.977	15.269	15.596	13.621	16.260	15.288
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	62.096	63.708	89.953	103.682	105.409	94.702	86.753	89.708
Redes Alta Tensão (69 kV)	7.569	4.325	2.513	-	29.236	35.452	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	2.237	-	-	1.665	681	681	1.363	681
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	177	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	4.211	1.943	3.822	-	18.490	602	-	7.549
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	8.850	5.399	343	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	54.524	327	1.178	34.079	48.871	117.598	136.020	122.919
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	-	214	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	16.562	4.816	13.915	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(9.095)	(20.265)	(15.251)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(9.095)	(20.265)	(15.251)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2022R	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Plano de Investimentos 2022	191.183	168.768	231.173	274.558	252.876	250.862
R\$ Mil	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P	
Plano de Investimentos 2021	132.365	136.307	216.389	242.567	194.028	
Diferença	44,4%	23,8%	6,8%	13,2%	30,3%	

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2022 e de 2021 da CPFL Santa Cruz, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2022 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

Captações de recursos – Para viabilizar o programa de investimentos, a CPFL Santa Cruz utilizou recursos de financiamentos via BNDES (R\$ 49 milhões). Já para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captações sob amparo da Lei 4.131 (R\$ 89 milhões).

Valor adicionado – Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Santa Cruz foi de R\$ 874 milhões, representando 48% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

	2022	
	R\$ mil	%
Pessoal e Encargos	63.260	7,2%
Remuneração direta	40.133	4,6%
Benefícios	20.781	2,4%
F.G.T.S.	2.347	0,3%
Impostos, taxas e contribuições	575.727	65,8%
Federais	372.743	42,6%
Estaduais	202.446	23,2%
Municipais	538	0,1%
Remuneração de capital de terceiros	131.996	15,1%
Juros	131.702	15,1%
Aluguéis	293	0,0%
Remuneração de capital próprio	103.407	11,8%
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	20.000	2,3%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	8.852	1,0%
Lucros retidos	74.555	8,5%
Total	874.391	100,0%

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2022 foi de R\$ 1.807.116 mil.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 64.494 mil, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 179,620741023.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de dezembro de 2022, a Companhia declarou Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 20.000 mil (R\$ 17.000 mil líquido do IRRF), a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Será deliberado em AGO, em abril de 2023, dividendo mínimo obrigatório proposto, no montante de R\$ 8.852 mil.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 70.208 mil referente a Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

Composição acionária – A CPFL Santa Cruz é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da CPFL Santa Cruz

era de R\$ 170.413 mil, composto por 359.058.396 ações ordinárias nominais sem valor nominal.

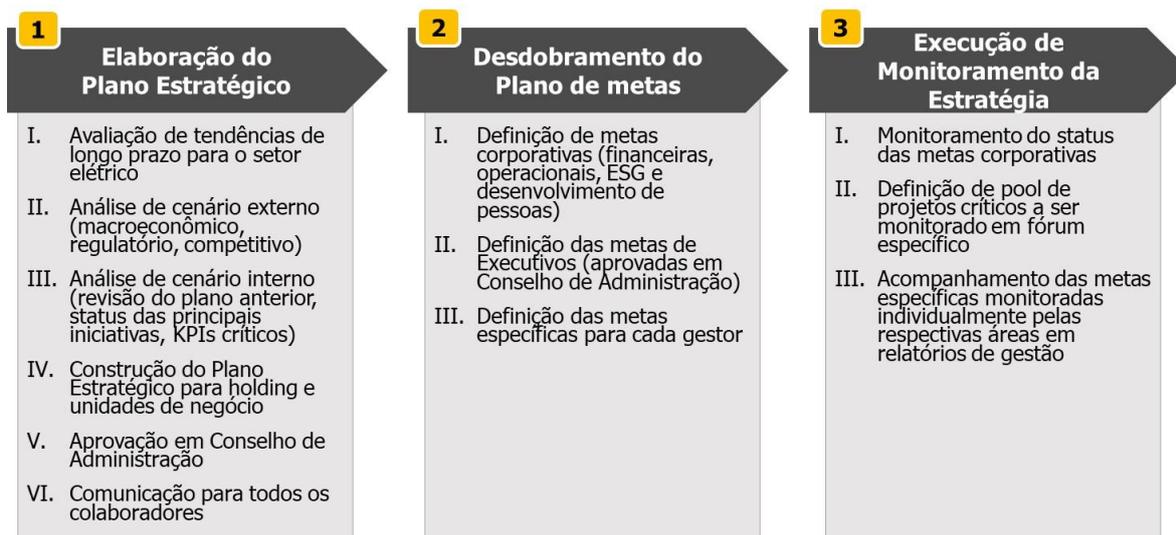
Planejamento empresarial – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos;
- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de cenários externo & interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);

- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação);
- v. Digitalização (ex: implementação de cultura de *data analytics*, revisão de canais de atendimento);
- vi. Liberalização e foco no cliente (ex: mapeamento de jornadas do cliente, cases internacionais de mercados de energia liberalizados, estudos de casos de setor que passaram pelo processo de liberalização, estudos de novos produtos).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (*Balanced ScoreCard*), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação planejamento estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico;
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & monitoramento da estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Sistemas de gestão e programas da qualidade – Em 2022, as atividades compreenderam:

- Manutenção das certificações dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho);
- Das 23 Estações Avançadas (EAs) da CPFL Santa Cruz, 23 unidades participaram do programa Colaborativo, representando 100% de adesão ao programa. As EAs obtiveram resultado médio de 82,5% nas avaliações dos pilares referente aos temas de Utilização, Organização e Segurança, Limpeza e Economia, e Disciplina. Destas 23 localidades operacionais que participaram, 16 obtiveram avaliações superior à média, que corresponde a cerca de 70%;
- Prêmio ANEEL de Qualidade - vencedora na categoria "Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras" e na categoria "Brasil acima de 400 mil unidades consumidoras";
- Prêmio ABRADÉE 2022 – Finalista nas categorias Melhor Desempenho em Responsabilidade Socioambiental e Melhor Desempenho Nacional abaixo de 500 mil consumidores.

Recursos humanos – Em 2022 a CPFL Santa Cruz investiu cerca de R\$ 848 mil em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Frente a um ano tão desafiador, a Universidade CPFL estudou diferentes possibilidades de desenvolvimento online, a partir do contexto atual e novos modelos de trabalho remoto, a fim de continuar investindo na educação como caminho para ampliar o potencial de cada colaborador. Diferentes iniciativas foram lançadas nesse período, como: Portfólio Explore o Seu Potencial – cartela de cursos voltado para o autodesenvolvimento; palestras ao vivo com especialistas em temas comportamentais, cursos abertos e gratuitos em parceria com instituições nacionais, além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de *cases* reais e atividades práticas. Essas novidades permearam as ações das quatro escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2022, tivemos **mais de 4 mil participações** em treinamentos, com **48 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade – A CPFL Santa Cruz mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, que abrange todos os seus negócios, com foco em quatro pilares – Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 23 compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no

CPFL Santa Cruz em números:

Atendimento	2022	2021	%
Número de consumidores	496.437	487.307	1,9%
Número de empregados ¹	53	56	-5,4%
Número de consumidores por empregado	9.369	8.704	7,6%
Número de localidades atendidas	46	46	-
Número de agências	2	2	-
Número de postos de atendimento	50	50	-

Nota: (1) Número de empregados = número de atendentes agência + 1 atendente por rede fácil.

Operacionais	2022	2021	%
Número de subestações	73	75	-2,7%
Linhas de transmissão (Km)	526	1.286	-59,1%
Linhas de distribuição (Km)	23.852	23.492	1,5%

Mercado	2022	2021	%
Área de concessão (Km ²)	20.250	20.250	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	547	556	-1,6%
Mercado atendido (GWh)	3.100	3.197	-3,0%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.023	2.058	-1,7%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):			
Total (exceto curto prazo)	604,20	602,31	0,3%
Residencial	607,88	609,31	-0,2%
Comercial	635,89	616,86	3,1%
Industrial	582,23	564,84	3,1%
Rural	552,51	517,39	6,8%
Outros	625,90	687,36	-8,9%
DEC (horas)	4,74	5,66	-16,3%
FEC (número de interrupções)	3,22	4,21	-23,5%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	27,57	24,28	13,6%

Financeiros	2022	2021	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	1.807.116	2.006.811	-10,0%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.194.762	1.318.944	-9,4%
Resultado da atividade (R\$ mil)	196.746	132.507	48,5%
Margem operacional do serviço líquida (%)	16,47%	10,05%	63,9%
EBITDA OU LAJIDA	277.926	212.978	30,5%
Lucro líquido (R\$ mil)	87.904	59.503	47,7%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	590.688	596.307	-0,9%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	14,88%	9,98%	49,1%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	944.232	923.514	2,2%
Em moeda nacional (%)	63%	59%	7,4%
Em moeda estrangeira (%)	37%	41%	-10,4%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Santa Cruz. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Santa Cruz.

Jaguariúna, 26 de abril de 2023.

A Administração

**Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, na cidade de Jaguariúna, estado de São Paulo, CEP 13820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 487 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar

que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.2 Mudanças climáticas:

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação:

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014,

substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (ii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 31, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 26 de abril de 2023.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração:

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 28 de Instrumentos Financeiros, e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Tributos diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- Nota 11 – Outros ativos circulantes e não circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos e debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, e
- Nota 28 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Reapresentações nas demonstrações financeiras regulatórias de 2021:

A ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

Para efeito de comparabilidade das demonstrações financeiras regulatórias do exercício de 2022 com aquelas do exercício de 2021, estão sendo realizadas as seguintes reclassificações considerando as disposições contidas neste Manual, a seguir:

- e) Consideração do CPC 06 (R2) Arrendamentos: a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica;
- f) Alteração da Instrução Contábil 6.3.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: basicamente em função da consideração do CPC 48 nas demonstrações contábeis regulatórias;
- g) Alteração da Instrução Contábil 6.3.4 Ativo e passivo financeiro setoriais: basicamente passou a considerar a natureza ativa ou passiva pelo valor líquido de cada ciclo tarifário, sendo os ciclos: (i) ciclo tarifário em diferimento e (ii) ciclo tarifário em amortização. Portanto, haverá saldo ativo ou passivo em constituição para o ciclo em diferimento e saldo ativo ou passivo em amortização para o ciclo homologado;
- h) Alteração da Instrução Contábil 6.3.6.1 Desativações: basicamente criando novas contas com detalhes como a segregação em alienação e desativação e bens reversíveis e não reversíveis;

- i) Alteração da Instrução Contábil 6.3.26 Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE: basicamente criação de contas;
- j) Bandeiras Tarifárias: conforme técnica de funcionamento 7.2.22. Ativos e passivos financeiros setoriais: a bandeira tarifa faturada passou a ser registra como ativo ou passivo financeiro setorial no momento do faturamento, anulando o efeito na Receita operacional bruta. Quando a bandeira for homologada, será uma reclassificação para as contas específicas de CVA conforme despacho da referida homologação;
- k) Variação cambial do fornecedor Itaipu: alteração na técnica de funcionamento 7.2.75 Fornecedores, que incluiu a forma de registro para a variação cambial do fornecedor Itaipu que passou a ser em Suprimento de energia elétrica com o objetivo de confrontar com a receita de ativos e passivos financeiros setoriais, não afetando, desta forma, o Resultado do serviço das Companhias.

	31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo Circulante	843.912	(189.740)	654.173
Caixa e Equivalentes de Caixa	91.005	-	91.005
Consumidores	215.326	-	215.326
Concessionárias e Permissionárias	19.122	-	19.122
Serviços em Curso	17.027	(11)	17.016
Tributos Compensáveis	18.200	-	18.200
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	80.415	-	80.415
Almoxarifado Operacional	2.944	-	2.944
Investimentos Temporários	2.303	-	2.303
Ativos Financeiros Setoriais	307.540	(189.729)	117.811
Despesas Pagas Antecipadamente	4.244	-	4.244
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.070	-	41.070
Outros Ativos Circulantes	44.717	-	44.717
Ativo Não Circulante	1.939.412	(38.907)	1.900.504
Consumidores	15.255	-	15.255
Tributos Compensáveis	19.381	-	19.381
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	168.518	-	168.518
Depósitos Judiciais e Cauções	22.536	-	22.536
Ativos Financeiros Setoriais	79.091	(38.918)	40.172
Despesas Pagas Antecipadamente	71	-	71
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.451	-	29.451
Outros Ativos Não Circulantes	13	-	13
Imobilizado	1.569.582	11	1.569.593
Intangível	35.514	-	35.514
Total do Ativo	2.783.324	(228.647)	2.554.677

	31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo			
Passivo Circulante	746.568	(189.729)	556.839
Fornecedores	170.522	-	170.522
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	196.469	-	196.469
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.464	-	8.464
Tributos	43.231	-	43.231
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	5.714	-	5.714
Encargos Setoriais	50.478	(23.041)	27.437
Passivos Financeiros Setoriais	167.085	(166.688)	397
PIS/COFINS devolução consumidores	58.606	-	58.606
Outros Passivos Circulantes	45.998	-	45.998
Passivo Não Circulante	1.440.448	(38.917)	1.401.530
Fornecedores	484	-	484
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	797.320	-	797.320
Tributos	-	-	-
Provisão para Litígios	36.412	-	36.412
Encargos Setoriais	681	-	681
Tributos Diferidos	111.222	-	111.222
Passivos Financeiros Setoriais	47.922	(38.917)	9.003
Instrumentos Financeiros Derivativos	247	-	247
PIS/COFINS devolução consumidores	248.934	-	248.934
Outros Passivos Não Circulantes	4.001	-	4.001
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	193.226	-	193.226
Total do Passivo	2.187.017	(228.646)	1.958.369
Patrimônio Líquido			
Capital Social	170.413	-	170.413
Reservas de Capital	6.080	-	6.080
Outros Resultados Abrangentes	208.705	-	208.705
Reservas de Lucros	135.926	-	135.926
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	64.494	-	64.494
Lucros ou prejuízos Acumulados	10.689	-	10.689
Total do Patrimônio Líquido	596.307	-	596.307
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.783.324	(228.646)	2.554.677

	2021	Reclassificações	2021 (Reapresentado)
Receita	2.029.148	(22.337)	2.006.811
Fornecimento de Energia Elétrica	759.374	-	759.374
Suprimento de Energia Elétrica	42.371	-	42.371
Energia Elétrica de Curto Prazo	9.819	-	9.819
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	939.582	-	939.582
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	164.073	(22.337)	141.736
Serviços Cobráveis	1.251	-	1.251
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	112.678	-	112.678
Tributos	(487.752)	-	(487.752)
ICMS	(293.079)	-	(293.079)
PIS-PASEP	(34.728)	-	(34.728)
COFINS	(159.941)	-	(159.941)
ISS	(4)	-	(4)
Encargos - Parcela "A"	(222.452)	22.337	(200.114)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(6.687)	-	(6.687)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(6.687)	-	(6.687)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(176.667)	-	(176.667)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(1.838)	-	(1.838)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFRA	(8.237)	-	(8.237)
Outros Encargos	(22.337)	22.337	-
Receita Líquida / Ingresso Líquido	1.318.944	-	1.318.944
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(966.511)	(2.639)	(969.150)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(654.169)	(2.639)	(656.808)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(312.342)	-	(312.342)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	352.432	(2.639)	349.793
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(217.286)	-	(217.286)
Pessoal e Administradores	(57.812)	-	(57.812)
Material	(13.473)	-	(13.473)
Serviços de Terceiros	(50.991)	-	(50.991)
Arrendamento e Aluguéis	(734)	-	(734)
Seguros	(318)	-	(318)
Doações, Contribuições e Subvenções	(142)	-	(142)
Provisões	(13.492)	-	(13.492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.231)	-	(6.231)
(-) Recuperação de Despesas	2.305	-	2.305
Tributos	(539)	-	(539)
Depreciação e Amortização	(80.471)	-	(80.471)
Depreciação	(75.445)	-	(75.445)
Amortização	(5.026)	-	(5.026)
Gastos Diversos	(13.111)	-	(13.111)
Outras Receitas Operacionais	29.859	-	29.859
Outras Despesas Operacionais	(12.137)	-	(12.137)
Resultado da Atividade	135.146	(2.639)	132.507
Resultado Financeiro	(34.155)	2.639	(31.516)
Receitas Financeiras	64.470	(3.456)	61.015
Despesas Financeiras	(98.625)	6.094	(92.531)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	100.991	-	100.991
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(41.487)	-	(41.487)
Resultado Líquido do Exercício	59.503	-	59.503
Atribuível aos Acionistas Controladores	59.503		59.503

	2021	Reclassificações	2021 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido do Exercício	59.503	-	59.503
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização	5.026	-	5.026
Depreciação	75.445	-	75.445
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	11.091	-	11.091
Imposto de renda e Contribuição social	41.487	-	41.487
Juros e variações monetárias	66.070	-	66.070
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	6.231	-	6.231
Provisões para litígios	8.151	-	8.151
	273.004	-	273.004
Redução (aumento) de ativos			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(72.529)	-	(72.529)
Depósitos vinculados a litígios	249	-	249
Tributos compensáveis	54.208	-	54.208
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(5.060)	-	(5.060)
Ativos financeiros setoriais	(257.088)	228.646	(28.442)
Outros ativos operacionais	(3.561)	11	(3.550)
Aumento (redução) de passivos			
Encargos setoriais	21.198	(23.041)	(1.843)
Fornecedores	11.426	-	11.426
Passivos financeiros setoriais	93.014	(205.606)	(112.591)
Salários e encargos sociais	459	-	459
Tributos e contribuição social	7.699	-	7.699
Provisões para litígios pagos	(2.459)	-	(2.459)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(11.383)	-	(11.383)
Outros passivos operacionais	40.673	-	40.673
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	149.851	11	149.862
Encargos de dívidas pagos	(27.649)	-	(27.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57.321)	-	(57.321)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	64.881	11	64.892
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições do imobilizado e intangível	(182.046)	(11)	(182.057)
Participação financeira do consumidor	15.713	-	15.713
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(5.741)	-	(5.741)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	103.438	-	103.438
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	(68.635)	(11)	(68.646)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	222.440	-	222.440
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(81.007)	-	(81.007)
Liquidação de operações com derivativos	14.467	-	14.467
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(196.794)	-	(196.794)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	(40.894)	-	(40.894)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(44.648)	-	(44.648)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	135.653	-	135.653
No fim do exercício	91.005	-	91.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2022 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

3.3 Intangível:

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a

financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão:

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória:

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 31.3.1.

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada cinco anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia considera o processo de elaboração da Base de Remuneração Regulatória – BRR para fins do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica, realizado na data-base de 30 de setembro de 2020, que foi aprovado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.837 de 16 de março de 2021, portanto a Companhia reconheceu a referida reavaliação nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2021. O registro da reavaliação considerou a atualização monetária pelo IPCA da data-base de 01 de outubro de 2020 até 31 de março de 2021.

3.6 Instrumentos financeiros:

A versão do MCSE vigente a partir de 2022 aceita o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, portanto a prática da contabilidade regulatória passou a ser igual a prática adotada na contabilidade societária.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 28.

3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”):

A versão do MCSE vigente a partir de 2022 aceita o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, portanto a prática da contabilidade regulatória passou a ser igual a prática adotada na contabilidade societária, perante a ANEEL a partir de 1º de janeiro de 2022. Entretanto, a Companhia, desde 2018, não registrava valores diferentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária devido a prática da contabilidade societária conviver de forma harmoniosa com as regras do antigo MCSE.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados

através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 28) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	5.152	9.502
Equivalentes de caixa (*)	70.068	81.502
Total	<u>75.219</u>	<u>91.005</u>

(*) Corresponde a títulos de crédito privado de operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") no montante de R\$ 59.342 (R\$ 43.258 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 10.726 (R\$ 38.244 em 31 de dezembro de 2021), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 100,21% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (99,29% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total em 31/12/2022	Total em 31/12/2021	
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas				Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
Fornecimento de Energia	128.640	37.994	4.002	1.601	7.210	(9.249)	(1.379)	11.311	1.889	2.635	(5.140)	179.516	215.561	
Residencial	30.590	24.901	2.099	115	2.131	(4.623)	107	332	1.311	525	(2.757)	54.731	75.123	
Industrial	3.598	2.208	222	402	3.904	(2.818)	348	1.608	239	1.060	(1.459)	9.314	13.591	
Comercial	7.811	3.444	422	59	86	(912)	(247)	228	123	344	(697)	10.660	14.079	
Rural	5.412	2.682	404	-	72	(208)	8	32	68	48	(227)	8.290	10.318	
Poderes Públicos	752	1.479	673	1.025	722	(494)	(1.150)	4.496	142	-	-	7.644	10.501	
Iluminação Pública	4.023	1.351	147	-	295	(194)	38	105	7	-	-	5.772	10.376	
Serviço Público	4.413	1.801	4	-	-	(1)	(483)	4.511	-	658	-	10.902	9.354	
Serviço Taxado	168	129	30	1	2	-	-	-	-	-	-	329	298	
Fornecimento Não Faturado	72.474	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.474	72.495	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(601)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(601)	(572)	
Encargos Tarifários	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	
Outros consumidores	14.846	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.846	15.016	
Consumidores	143.490	37.994	4.002	1.601	7.210	(9.249)	(1.379)	11.311	1.889	2.635	(5.140)	194.365	230.581	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	703	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	703	2.395	
Energia Elétrica de Curto Prazo	4.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.011	16.726	
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
Concessionárias e permissionárias	4.714	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.716	19.122	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	148.204	37.994	4.002	1.601	7.210	(9.249)	(1.379)	11.311	1.889	2.635	(5.140)	199.081	249.703	
												Circulante	184.253	234.448
												Não Circulante	14.828	15.255
													199.081	249.703

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 3.7 e 28 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2020	(10.331)
Provisão revertida (constituída) líquida	(13.378)
Recuperação de receita	7.189
Baixa de contas a receber provisionadas	3.537
Saldo em 31/12/2021	(12.984)
Provisão revertida (constituída) líquida	(18.745)
Recuperação de receita	8.136
Baixa de contas a receber provisionadas	9.205
Saldo em 31/12/2022	(14.389)

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.856	2.166
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.943	1.643
ICMS a compensar	15.548	13.008
Programa de integração social - PIS	362	213
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.791	1.170
Total	<u>21.500</u>	<u>18.200</u>
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	22.377	19.381
Total	<u>22.377</u>	<u>19.381</u>

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativo intangíveis e ativos financeiros.

7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	11.035	14.149
COFINS sobre ICMS	49.156	66.266
Total circulante	60.190	80.415
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	24.636	29.817
COFINS sobre ICMS	113.477	138.701
Total não circulante	138.113	168.518
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	55.308	58.606
Total circulante	55.308	58.606
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	132.452	248.934
Total não circulante	132.452	248.934

Em 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a CPFL Santa Cruz os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 60.190 (R\$ 119.560 em 31 de dezembro de 2021). Sendo que, entre janeiro e dezembro de 2022 foram compensados R\$ 66.214 (totalizando R\$ 145.061 de compensações realizadas).

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 49.646, saldo este já considerando o reajuste tarifário de março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 102.184) e julho de 2022 (R\$ 33.383) (nota 9) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 55.807.

Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, no 2º trimestre de 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 127.079 (R\$ 129.373 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a CPFL Santa Cruz (empresa incorporada em dezembro de 2017), embora a ação desta empresa ainda não tenha transitado em julgado. O saldo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 138.113.

Considerando as duas ações judiciais (CPFL Santa Cruz e Santa Cruz (incorporada)), o montante total até 31 de dezembro de 2022 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 198.303 e do passivo com consumidores é de R\$ 187.760.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021,

ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual as distribuidoras do Grupo CPFL são associadas, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

8. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação direta	5.277	2.303
Total	5.277	2.303

O saldo representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cujo a remuneração média era equivalente à 100% do CDI.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Transferências *	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento (c)		Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Circulante
								Conta de escassez hidrica	CDE Eletrobrás			
CVA Ativa (a)	185.056	(27.932)	(38.877)	(31.553)	11.917	(245)	-	(16.200)	(33.460)	48.705	48.705	48.705
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(36.616)	56.670	(34.371)	6.611	(4.396)	(3.376)	-	(5.658)	-	(21.137)	(21.137)	(21.137)
Custo de Energia Itaipu	137.990	(83.136)	7.306	(31.028)	9.641	350	-	-	-	41.123	41.123	41.123
Proinfra	-	(1.169)	2.556	(736)	216	3	-	-	-	871	871	871
Transporte de Rede Básica	6.899	4.736	(3.790)	(6.267)	686	(597)	-	-	-	1.666	1.666	1.666
Transporte de Energia - Itaipu	355	639	(338)	(606)	47	17	-	-	-	114	114	114
ESS/EER	80.681	(32.334)	(24.709)	(150)	5.142	3.343	-	(10.542)	-	21.431	21.431	21.431
CDE	(4.252)	26.661	14.469	623	581	15	-	-	(33.460)	4.637	4.637	4.637
Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)	(27.072)	154.897	(24.373)	36.505	734	318	(135.567)	(49.731)	-	(44.290)	(44.290)	(44.290)
Neutralidade da Parcela A	(7.214)	6.728	2.285	(831)	(43)	(454)	-	-	-	472	472	472
Sobrecontratação de Energia	80	(252)	(801)	1.489	(173)	69	-	-	-	411	411	411
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	29.967	2.995	6.117	3.339	1.464	380	-	(49.731)	-	(5.469)	(5.469)	(5.469)
Bandeira Faturada	(23.041)	47.186	(24.145)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	92.450	-	10.807	-	-	(135.567)	-	-	(32.310)	(32.310)	(32.310)
Outros	(26.866)	5.791	(7.829)	21.701	(514)	323	-	-	-	(7.393)	(7.393)	(7.393)
Total Ativos Financeiros Setoriais	157.983	126.963	(63.251)	4.952	12.652	73	(135.567)	(65.931)	(33.460)	4.415	4.415	4.415

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)	Transferências *	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Acordo com consumidor	Recebimento (c)			Circulante	Não Circulante
								Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição		
CVA Passiva (a)	25.838	27.932	7.089	(108.818)	(676)	-	-	(48.636)	-	(48.635)	(37.843)	(10.793)
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(1.872)	(56.670)	(49.377)	50.210	(4.398)	-	-	(62.107)	-	(62.107)	(48.325)	(13.783)
Custo de Energia Itaipu	22.169	83.136	42.187	(96.272)	6.389	-	-	57.609	-	57.609	44.824	12.784
Proinfra	260	1.169	866	(2.376)	81	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Rede Básica	5.640	(4.736)	41.991	(4.698)	612	-	-	38.809	-	38.809	30.197	8.613
Transporte de Energia - Itaipu	552	(639)	2.085	(261)	22	-	-	1.759	-	1.759	1.369	390
ESS/EER	(912)	31.267	(42.885)	(47.553)	(2.924)	-	-	(63.007)	-	(63.007)	(49.025)	(13.982)
CDE	-	(25.594)	12.222	(7.868)	(458)	-	-	(21.698)	-	(21.698)	(16.883)	(4.815)
Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)	(35.239)	(131.856)	45.160	124.838	873	68	(3.419)	425	(6.208)	6.633	5.160	(4.737)
Neutralidade da Parcela A	546	(6.728)	(11.889)	(1.378)	(525)	-	-	(19.975)	-	(19.975)	(15.542)	(4.433)
Sobrecontratação de Energia	(1.737)	252	17.600	(1.200)	223	-	-	15.138	-	15.138	11.779	3.359
Devoluções Tarifárias	(13.775)	(2.994)	45.680	8.908	2.089	68	-	39.975	(6.208)	46.184	35.935	4.040
Bandeira Faturada	-	(24.144)	24.143	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)	-
Devolução crédito de PIS e COFINS	(4.459)	(92.450)	-	96.910	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(15.812)	(5.792)	(30.374)	21.598	(914)	-	(3.419)	(34.712)	2	(34.714)	(27.010)	(7.704)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(9.400)	(103.924)	52.249	16.019	197	68	(3.419)	(48.211)	(6.208)	(42.002)	(32.681)	(15.530)

(*) Transferência: em função das alterações no MCSE, foram realizadas as seguintes transferências: (i) R\$ 23.041 referente contabilização da Bandeira tarifária faturada e ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) de Encargos setoriais (nota 15) para ativo ou passivo financeiro setorial e (ii) alteração na R\$ 103.924 referente a contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido) entre ativo e passivo.

(a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22 de março de 2021 a 21 de março de 2022, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da CVA foi iniciada em 22 de março de 2022, logo após o final da vigência da Revisão Tarifária de março de 2022, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

- **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores. O principal item é a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que passará a ser amortizado parte a partir da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica e outra parte a partir do próximo reajuste tarifário.
- **Outros componentes financeiros:** (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS: conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.017 relativa ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos créditos de PIS/COFINS decorrentes da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 102.184. Adicionalmente em 13 de julho de 2022

a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.059, relativa à Revisão Tarifária Extraordinária – RTE e incluiu para devolução aos consumidores o montante de R\$ 33.383. Estes valores estavam registrado em PIS/COFINS devolução consumidores (nota 7.1) e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais e (ii) Outros: refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, diferido e homologado, e ao diferimento referente postergação de tarifa no RTP de 2021, entre outros.

(c) Recebimentos extraordinários durante o exercício de 2022:

- **Recebimento - Conta de escassez hídrica:** o Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022. A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022 e recebeu o montante de R\$ 65.931 no segundo trimestre de 2022.
- **Acordo com consumidor:** garantia para compensação de efeitos aos consumidores da Companhia, em decorrência de aditamento de contrato de suprimento de energia solicitado por permissionária.
- **Recebimento – CDE Eletrobrás:** conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho, cujo valor de R\$ 33.460 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	4.618	12.875	(994)	(2.714)
Provisões para litígios	2.782	7.728	2.555	7.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.360	3.779	1.232	3.421
Programas de P&D e eficiência energética	751	2.087	786	2.182
Provisão relacionada a pessoal	230	639	234	651
Derivativos	(1.221)	(3.392)	(7.304)	(20.290)
Marcação a Mercado - Derivativos	2.611	7.252	957	2.659
Marcação a Mercado - Dívidas	(2.777)	(7.715)	(1.252)	(3.479)
Outros	882	2.497	1.799	5.043
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado	(26.194)	(72.758)	(28.460)	(79.055)
Reavaliação regulatória compulsória	(26.194)	(72.758)	(28.460)	(79.055)
Total	(21.575)	(59.883)	(29.454)	(81.769)

10.1 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos e débitos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes dos valores ativos de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2023	10.389
2024	6.141
2025	6.141
2026	1.908
2027	4.866
2028 a 2030	2.102
2031 a 2033	1.051
Total	<u>32.599</u>

10.2 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	128.768	128.768	100.991	100.991
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	(20.000)	(20.000)	(22.903)	(22.903)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(910)	(910)	(1.701)	(1.701)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	10.779	10.779	10.304	10.304
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.709	776	37.773	34.452
Base de cálculo	122.346	119.413	124.464	121.143
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(11.011)	(29.853)	(11.202)	(30.286)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(11.011)	(29.853)	(11.202)	(30.285)
Corrente	(18.866)	(51.672)	(16.028)	(43.691)
Diferido	7.855	21.819	4.826	13.405

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Reserva de Reavaliação	(25.186)	(25.186)	231.891	231.891
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	2.267	6.297	(20.870)	(57.973)

11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Vivest	1.153	1.051	-	13
Adiantamentos - fornecedores	410	410	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.537	2.272	-	-
Contas a receber - CDE	13.703	14.360	-	-
Adiantamentos a funcionários	968	1.270	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	5.079	4.978	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber	23	18.479	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(726)	(700)	-	-
Outros	1.491	2.597	245	-
Total	23.638	44.717	245	13

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.496 (R\$ 2.096 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de

R\$ 10.723 (R\$ 12.264 em 31 de dezembro de 2021) – (nota 21.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 484.

Outros: refere-se, principalmente, aos contratos de direito de uso (arrendamento) da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
Saldo em 31/12/2020	(659)
Provisão revertida (constituída) líquida	(41)
Saldo em 31/12/2021	(700)
Provisão revertida (constituída) líquida	(25)
Saldo em 31/12/2022	(726)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	2022				2021
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	(Reapresentado) Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,99%	2.640.649	(1.093.856)	1.546.793	1.453.979
Custo Histórico		1.767.754	(562.361)	1.205.392	1.079.489
Correção Monetária Especial		13.103	(14.469)	(1.366)	280
Reavaliação		859.792	(517.026)	342.767	374.210
Administração	3,78%	29.527	(17.121)	12.406	13.125
Custo Histórico		22.010	(13.517)	8.493	9.076
Correção Monetária Especial		755	(629)	126	126
Reavaliação		6.761	(2.974)	3.787	3.923
Subtotal		2.670.176	(1.110.977)	1.559.199	1.467.104
Em Curso		128.817	-	128.817	102.489
Distribuição		118.559	-	118.559	96.977
Administração		10.258	-	10.258	5.512
Subtotal		128.817	-	128.817	102.489
Total		2.798.992	(1.110.977)	1.688.015	1.569.593

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	2022				2021
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	13,09%	33.409	(22.585)	10.824	10.834
Custo Histórico		16.045	(10.337)	5.708	5.341
Correção Monetária Especial		-	-	-	54
Reavaliação		17.364	(12.248)	5.116	5.439
Administração	20,00%	85.793	(78.975)	6.818	8.936
Custo Histórico		57.396	(50.865)	6.531	8.342
Reavaliação		28.397	(28.110)	287	594
Subtotal		119.202	(101.560)	17.642	19.770
Em Curso		23.013	-	23.013	15.744
Distribuição		12.865	-	12.865	7.058
Administração		10.148	-	10.148	8.687
Subtotal		23.013	-	23.013	15.744
Total		142.215	(101.560)	40.655	35.514

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Distribuição	2.495.206	2.308	(49.227)	192.362	2.640.649	145.443	(1.093.856)	1.546.793	1.453.979
Terrenos	16.780	-	-	-	16.780	-	-	16.780	16.780
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	36.457	2.308	(62)	211	38.914	2.456	(18.860)	20.054	20.190
Máquinas e Equipamentos	2.415.806	-	(47.337)	191.183	2.559.652	143.846	(1.059.272)	1.500.380	1.405.157
Veículos	23.521	-	(1.828)	969	22.662	(859)	(14.244)	8.418	10.533
Móveis e Utensílios	2.641	-	-	-	2.641	-	(1.480)	1.162	1.320
Administração	29.774	-	(773)	526	29.527	(247)	(17.121)	12.406	13.125
Terrenos	4.472	-	-	-	4.472	-	-	4.472	4.472
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5.252	-	-	37	5.289	37	(3.443)	1.846	1.937
Máquinas e Equipamentos	17.812	-	(478)	390	17.724	(88)	(12.666)	5.058	5.653
Veículos	1.232	-	(295)	-	937	(295)	(685)	252	319
Móveis e Utensílios	1.005	-	-	99	1.104	99	(327)	777	744
Subtotal	2.524.980	2.308	(50.000)	192.888	2.670.176	145.196	(1.110.977)	1.559.199	1.467.104
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2021 (Reapresentado)	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021 (Reapresentado)
Distribuição	96.977	211.068	-	(189.487)	118.559	21.581	-	118.559	96.977
Máquinas e Equipamentos	59.174	194.876	-	(187.606)	66.443	7.270	-	66.443	59.174
Outros	37.803	16.193	-	(1.881)	52.115	14.312	-	52.115	37.803
Administração	5.512	8.824	-	(4.078)	10.258	4.746	-	10.258	5.512
Máquinas e Equipamentos	1.506	5.421	-	(807)	6.120	4.614	-	6.120	1.506
Outros	4.006	3.403	-	(3.270)	4.138	132	-	4.138	4.006
Subtotal	102.489	219.892	-	(193.565)	128.817	26.328	-	128.817	102.489
Total do Ativo Imobilizado	2.627.469	222.200	(50.000)	(677)	2.798.992	171.523	(1.110.977)	1.688.015	1.569.593

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2022	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Imobilizado em Curso	139.635	53.027	6.745	1.628	273	6.571	207.880
Terrenos	-	45	-	15	-	1.561	1.620
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	1.573	-	-	-	-	1.573
Máquinas e Equipamentos	137.829	49.719	6.295	1.552	272	4.630	200.297
Veículos	1.278	16	-	-	-	-	1.293
Móveis e Utensílios	526	-	-	-	-	-	526
Pesquisa & Desenvolvimento	-	11	-	-	-	326	336
A Ratear	2	1.664	449	62	2	55	2.234
Outros - Estoque	-	-	-	-	-	12.013	12.013
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	336	336
Material em Depósito	-	-	-	-	-	9.710	9.710
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	1.967	1.967
Total das Adições	139.635	53.027	6.745	1.628	273	18.584	219.892

A movimentação da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2021	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)
AIS Bruto	2.415.806	(47.337)	191.183	-	2.559.652	143.846
Transformador de Distribuição	355.700	(11.286)	27.959	-	372.373	16.673
Medidor	180.061	(8.335)	6.308	-	178.035	(2.027)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	430.303	(6.004)	44.977	(89)	469.187	38.972
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	860.606	(12.213)	89.953	27	938.373	77.741
Redes Alta Tensão (69 kV)	83.973	(735)	2.513	(906)	84.844	1.777
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	15.292	-	-	(21)	15.271	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	84.332	(2.524)	3.822	92	85.722	1.298
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	73.211	(2.009)	343	2.242	73.787	(1.666)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	229.387	(2.993)	1.178	-	227.572	(1.815)
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	15.386	(90)	214	-	15.510	124
Demais Máquinas e Equipamentos	87.556	(1.147)	13.915	(1.345)	98.978	12.767

A composição do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	32.610	14	-	785	33.409	799	(22.585)	10.824	10.834
Serviços	5.871	-	-	-	5.871	-	-	5.871	5.871
Softwares	16.406	-	-	119	16.525	119	(16.079)	447	607
Outros	10.333	14	-	666	11.013	680	(6.506)	4.507	4.356
Administração	84.319	-	(1.590)	3.064	85.793	1.474	(78.975)	6.818	8.936
Softwares	83.896	-	(1.590)	1.945	84.251	355	(78.194)	6.057	8.513
Outros	423	-	-	1.119	1.542	1.119	(781)	761	423
Subtotal	116.929	14	(1.590)	3.849	119.202	2.273	(101.560)	17.642	19.770
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	7.058	5.943	-	(135)	12.865	5.808	-	12.865	7.058
Serviços	6.875	5.626	-	-	12.501	5.626	-	12.501	6.875
Outros	183	317	-	(135)	364	182	-	364	183
Administração	8.687	4.509	-	(3.048)	10.148	1.461	-	10.148	8.687
Outros	8.687	4.509	-	(3.048)	10.148	1.461	-	10.148	8.687
Subtotal	15.744	10.452	-	(3.183)	23.013	7.268	-	23.013	15.744
Total do Ativo Intangível	132.673	10.466	(1.590)	666	142.215	9.541	(101.560)	40.655	35.514

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução da ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
Distribuição	
Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Administração central	
Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	28.137	66.688
Encargos de Conexão	748	769
Suprimento de Energia Elétrica	61.628	69.234
Materiais e serviços	32.760	31.968
Outros	2.094	1.863
Total	<u>125.368</u>	<u>170.522</u>
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	-	484
Total	<u>-</u>	<u>484</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Abertura de Endividamento Total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente? /	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																2024	2025	2026	2027	2028	2029+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.399	43.887	289.276	335.562												43.887	123.623	121.766	-	-	-	
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	939	43.887	87.774	132.601	Sim	28/02/2020	Aval/Fiança	US\$	2,07%	28/02/2023	Semestral	28/02/2023	28/02/2025	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronogram	43.887	43.887	-	-	-	-	
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	697	-	141.126	141.824	Sim	24/09/2021	Aval/Fiança	US\$	1,85%	24/03/2023	Semestral	24/09/2026	24/09/2026	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	141.126	-	-	-	
Lei 4131 - Sumitomo	762	-	91.233	91.995	Sim	11/03/2022	Aval/Fiança	US\$	2,74%	13/03/2023	Semestral	11/03/2025	11/03/2025	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronogram	-	91.233	-	-	-	-	
Marcação a mercado	-	-	(30.858)	(30.858)	Sim	31/12/2022	Não há	Outro, espe	0,00%	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	24/09/2026	N.A.	Outro, especif. no cronogram	-	(11.497)	(19.361)	-	-	-	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.257	125.846	464.159	593.261												133.425	38.662	38.624	38.819	27.502	187.125	
Debênture- CRJG13	2.494	95.000	95.000	192.494	Sim	07/06/2019	Aval/Fiança	TJLP	107,00%	29/05/2023	Semestral	29/05/2023	28/05/2024	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronogram	95.000	-	-	-	-	-	
BNDES- FINEM 18/19	254	22.526	101.365	124.144	Sim	28/12/2018	Aval/Fiança	Pré	4,80%	16/01/2023	Mensal	16/01/2023	16/06/2028	Trimestral	SAC	22.526	22.526	22.526	22.526	11.263	-	
BNDES- FINEM 20/21	510	8.276	270.340	279.125	Sim	05/06/2020	Aval/Fiança	Selic	4,27%	15/03/2023	Trimestral	17/07/2023	15/04/2040	Outro, especificar em obs.	Outro, especificar em obs.	16.551	16.551	16.551	16.551	16.551	187.583	
Arrendamento mercantil	-	557	255	812	Sim	31/12/2022	Não há	Outro, espe	0,00%	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	15/04/2040	N.A.	Outro, especif. no cronogram	217	38	-	-	-	-	
Gastos com captação de empréstimos	-	(453)	(2.776)	(3.229)	Sim	31/12/2022	Não há	Outro, espe	0,00%	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	15/04/2040	N.A.	Outro, especif. no cronogram	(844)	(453)	(453)	(258)	(312)	(457)	
Gastos com captação debêntures	-	(59)	(25)	(84)	Sim	31/12/2022	Não há	Outro, espe	0,00%	31/01/2023	N.A.	31/01/2023	28/05/2024	N.A.	Outro, especif. no cronogram	(25)	-	-	-	-	-	
Total por Dívida:	5.656	169.733	753.434	928.823																		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.399	43.887	289.276	335.562																		
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.257	125.846	464.159	593.261																		

14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização		
												2024	2025	Total
Ativos Financeiros	80.496	14.317	94.813									7.159	7.159	14.317
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	75.219	-	75.219											
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	5.277	-	5.277											
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	-	14.317	14.317	CDI	100%CDH+0,8%	28/02/2023	Semestral	28/02/2025	28/02/2025	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	7.159	7.159	14.317

14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon- ta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Sw ap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	28/02/2020	28/02/2025	USD+2,437% a.a.	100%CDI+0,8%	108.000	-
Sw ap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	00/01/1900	24/09/2021	USD+2,18% a.a.	100%CDI+1,29%	142.000	(22.876)
Sw ap - Lei 4131	Sumitomo	00/01/1900	11/03/2022	USD+3,1257%	100%CDI+1,25%	89.000	(6.850)
Total						339.000	(29.726)

(*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2022	31/12/2021
(+) Dívida Bruta	5.656	199.459	753.434	958.549	994.035
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.399	43.887	289.276	335.562	453.330
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.257	125.846	464.159	593.261	540.458
Derivativos a Pagar	-	29.726	-	29.726	247
(-) Ativos Financeiros	-	(80.496)	(14.317)	(94.813)	(163.829)
Alta Liquidez	-	(75.219)	-	(75.219)	(91.005)
Demais Aplicações Financeiras	-	(5.277)	-	(5.277)	(2.303)
Derivativos a Receber	-	-	(14.317)	(14.317)	(70.521)
(+) Dívida Líquida II	5.656	118.963	739.117	863.736	830.206

14.5 Movimentação dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	352.672	48.945	(22.133)	41.305	-	(17.519)	403.269
Gastos com captação	(3.682)	-	-	453	-	-	(3.229)
Total moeda nacional	348.990	48.945	(22.133)	41.752	-	(17.519)	400.040
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	333.092	89.000	(35.725)	7.386	(20.504)	(6.829)	366.420
Euro	134.433	-	(118.278)	190	(16.103)	(241)	-
Marcação a mercado	(14.194)	-	-	(16.664)	-	-	(30.858)
Total moeda estrangeira	453.329	89.000	(154.002)	(9.088)	(36.607)	(7.071)	335.562
Arrendamento	-	812	-	-	-	-	812
Total	802.319	138.757	(176.135)	32.664	(36.607)	(24.589)	736.414
Circulante	194.856						77.955
Não circulante	607.463						658.459

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	262.001	80.440	(20.109)	43.050	-	(12.711)	352.672
Gastos com captação	(4.135)	-	-	453	-	-	(3.682)
Total moeda nacional	257.866	80.440	(20.109)	43.503	-	(12.711)	348.990
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	232.394	142.000	(60.899)	5.983	19.879	(6.265)	333.092
Euro	135.914	-	-	1.114	(1.481)	(1.114)	134.433
Marcação a mercado	(2.583)	-	-	(11.611)	-	-	(14.194)
Total moeda estrangeira	365.725	142.000	(60.899)	(4.516)	18.397	(7.379)	453.329
Total	623.591	222.440	(81.007)	38.989	18.397	(20.091)	802.319
Circulante	84.447						194.856
Não circulante	539.144						607.463

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societárias. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

14.7 Movimentações das Debêntures:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	191.613	24.434	(23.553)	192.494
Gastos com captação (*)	<u>(143)</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>(84)</u>
Total ao custo	191.470	24.494	(23.553)	192.410
Total	191.470	24.494	(23.553)	192.409
Circulante	1.613			97.434
Não circulante	189.857			94.975

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	190.334	8.837	(7.558)	191.613
Gastos com captação (*)	<u>(203)</u>	<u>59</u>	<u>-</u>	<u>(143)</u>
Total ao custo	190.131	8.896	(7.558)	191.470
Total	190.131	8.896	(7.558)	191.470
Circulante	334			1.613
Não circulante	189.797			189.857

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societárias. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou

eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

15. ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	(Reapresentado)		
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	174	156	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.011	2.011	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	3	3	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.635	10.011	2.339	252
Recurso a serem recolhidos à CDE P&D	1.090	644	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	13.824	14.050	673	429
Recurso a serem recolhidos à CDE PEE	276	280	-	-
EPE / FNDCT	274	282	-	-
Total	25.287	27.437	3.012	681

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se, basicamente, à bandeira tarifária (vermelha - escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

16. TRIBUTOS

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.606	33.563
Programa de integração social - PIS	1.157	774
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.378	3.660
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	775	1.303
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	185	1.091
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	3.000	1.008
Outros	2.368	1.832
Total	21.468	43.231
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	139	-
Total	139	-

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS: a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (artigos 73 e seguintes do RICMS).

17. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
Trabalhistas	13.519	4.066	14.719	3.546
Cíveis	800	237	612	245
Fiscais	22.654	20.055	20.587	18.745
Imposto de renda	5.988	-	5.466	-
Contribuição social	930	-	733	-
Outras	15.736	20.055	14.388	18.745
Outros	556	-	494	-
Total	37.528	24.358	36.412	22.536

A movimentação das provisões para litígios está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	14.719	1.616	(198)	(3.829)	1.211	13.519
Cíveis	612	3.541	(226)	(3.242)	115	800
Fiscais	20.587	3.975	(433)	(3.720)	2.245	22.654
Outros	494	-	-	-	61	556
Total	36.412	9.132	(857)	(10.791)	3.632	37.528

As provisões para litígios fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo CPMF, PIS e COFINS.
- Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas

questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis estavam assim representadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Principais causas:</u>
Trabalhistas	7.151	10.377	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	19.399	18.431	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	94.198	149.137	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - outros	50.271	50.082	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	526	464	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	171.544	228.492	

18. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Consumidores e concessionárias	13.172	7.265	-	-
Fundo de reversão	185	180	2.656	2.840
Adiantamentos	11.554	10.920	372	577
Descontos tarifários - CDE	-	3.578	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	346	346	-	-
Convênios de arrecadação	3.956	3.854	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 11)	396	18.479	-	-
Outros	1.935	1.377	1.729	583
Total	31.545	45.998	4.757	4.001

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários – CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

19. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	368.531	70	15.181	383.782	15.251	(203.745)	180.037
Participação da União, Estados e Municípios	3.199	-	-	3.199	-	(1.418)	1.781
Participação Financeira do Consumidor	285.131	59	7.143	292.332	7.201	(180.755)	111.578
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	59.702	-	8.039	67.741	8.039	(15.953)	51.788
Pesquisa e Desenvolvimento	304	11	-	315	11	(97)	218
Outros	20.195	-	-	20.195	-	(5.523)	14.672
Ultrapassagem de demanda	7.100	-	-	7.100	-	(1.930)	5.170
Excedente de reativos	13.095	-	-	13.095	-	(3.594)	9.501
(-) Amortização Acumulada - AIS	(190.213)	(13.532)	-	(203.745)	(13.532)		
Participação da União, Estados e Municípios	(1.295)	(122)	-	(1.418)	(122)		
Participação Financeira do Consumidor	(170.537)	(10.217)	-	(180.755)	(10.217)		
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(13.527)	(2.426)	-	(15.953)	(2.426)		
Pesquisa e Desenvolvimento	(83)	(14)	-	(97)	(14)		
Outros	(4.770)	(753)	-	(5.523)	(753)		
Ultrapassagem de demanda	(1.666)	(264)	-	(1.930)	(264)		
Excedente de reativos	(3.104)	(490)	-	(3.594)	(490)		
Em curso	14.907	12.608	(15.181)	12.334	(2.573)		12.334
Participação da União, Estados e Municípios	107	-	-	107	-		107
Participação Financeira do Consumidor	6.707	(14)	(1.760)	4.933	(1.774)		4.933
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	748	7.291	(8.039)	-	(748)		-
Pesquisa e Desenvolvimento	289	-	-	289	-		289
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	1.647	-	-	1.647	-		1.647
Valores Pendentes de Recebimento	5.409	5.331	(5.383)	5.358	(52)		5.358
Total	193.226	(855)	-	192.371	(855)	(203.745)	192.371

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2022	31/12/2022			Total
	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	
Em serviço	3,92%	204.595	179.187	383.782
Participação da União, Estados e Municípios		3.199	-	3.199
Participação Financeira do Consumidor		113.145	179.187	292.332
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		67.741	-	67.741
Pesquisa e Desenvolvimento		315	-	315
Outros		20.195	-	20.195
Ultrapassagem de demanda		7.100	-	7.100
Excedente de reativos		13.095	-	13.095
(-) Amortização Acumulada		(85.481)	(118.264)	(203.745)
Participação da União, Estados e Municípios		(1.418)	-	(1.418)
Participação Financeira do Consumidor		(62.490)	(118.264)	(180.755)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(15.953)	-	(15.953)
Pesquisa e Desenvolvimento		(97)	-	(97)
Outros		(5.523)	-	(5.523)
Ultrapassagem de demanda		(1.930)	-	(1.930)
Excedente de reativos		(3.594)	-	(3.594)
Total		119.114	60.923	180.037

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	359.058.396	100,00

20.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA, apurados através das demonstrações financeiras societárias.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,01 vezes o EBITDA em 2022 (3,45 vezes em 2021), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

20.2 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 28 de abril de 2022 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 22.903 declarado em agosto e dezembro de 2021 e (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 64.494.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 20.000 (R\$ 17.000 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022, aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2022;
- Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 8.852, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária em abril de 2023.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 70.208 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

20.3 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 210.475, que compreende:

- reserva legal de R\$ 34.083;
- reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 172.162: considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 70.320 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro.
- reserva de lucros a realizar R\$ 4.230: parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar.

Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

20.4 Outros resultados abrangentes

Refere-se a reserva de reavaliação no montante de R\$ 192.082 (R\$ 208.705 em 31 de dezembro de 2021), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao

reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.

20.5 Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	103.407
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	(6)
Lucro líquido base para destinação	103.401
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(70.320)
Reserva de lucros a realizar	(4.230)
Juros sobre capital próprio	(20.000)
Dividendo mínimo obrigatório	(8.852)

21. RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
Fornecimento - Faturado	496.437	487.307	1.982.233	2.014.870	710.198	742.891
Residencial	441.765	431.718	893.711	888.573	325.953	347.792
Industrial	2.957	3.062	214.644	237.033	87.281	93.697
Comercial	26.098	23.044	295.938	285.862	118.103	114.246
Rural	20.109	24.079	279.340	310.809	83.360	89.150
Poder público	4.224	4.145	65.198	54.548	24.199	20.873
Iluminação pública	550	533	122.910	125.021	28.065	33.823
Serviço público	734	726	110.493	113.024	43.237	43.309
Consumo próprio	110	110	1.694	1.692	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			403.170	234.562	47.079	52.190
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					940.543	939.582
Consumidores Cativos					709.107	723.373
Consumidores Livres					231.435	216.210
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(1.692)	16.483
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					10.109	141.736
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					(171.095)	73.889
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					65.565	18.243
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					115.638	49.604
Outras Receitas Vinculadas					100.879	113.929
Serviços Cobráveis					1.456	1.251
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					99.422	112.678
Total	496.547	487.417	2.387.097	2.251.123	1.807.116	2.006.811

21.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN da ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET. Os valores constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais entre setembro de 2015 e fevereiro de 2017 passaram a ser amortizados a partir de 2021 em função do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e

excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADÉE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no passivo Obrigações vinculadas à concessão do serviço, em atendimento ao CPC 25.

21.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”):

Em março de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 2022 (REH nº 3.017), o reajuste tarifário anual - RTA médio foi de +7,82%, sendo +8,14% referentes ao reajuste tarifário econômico, -0,31% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 8,83% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores. Adicionalmente, em 13 de julho de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.059, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu a tarifa e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores em -2,32%.

Em 2021 (REH nº 2.837), ocorreu a revisão tarifária periódica - RTP, cujo reajuste médio foi de +17,19%, sendo +16,98% referentes ao reajuste tarifário econômico, +0,21% relativos aos componentes financeiros pertinentes e +9,95% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

21.3 Aporte CDE - Baixa renda e demais subsídios tarifários:

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 99.318 (R\$ 94.199 em 2021), sendo (i) R\$ 13.963 (R\$ 10.996 em 2021) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 72.225 (R\$ 76.882 em 2021) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 13.129 de subvenção CCRBT (R\$ 6.321 em 2021).

21.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”):

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022.

A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022.

E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

21.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

22. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	504.175	515.450	146.920	182.366
PROINFA	47.673	52.058	28.035	17.440
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.034.192	2.095.914	369.272	523.231
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(50.242)	(66.229)
Subtotal	2.586.039	2.663.423	493.985	656.808
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			202.422	193.787
Encargos de transporte de itaipu			14.040	14.849
Encargos de conexão			8.448	9.019
Encargos de uso do sistema de distribuição			15.286	12.275
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			22.986	105.723
Encargos de energia de reserva - EER			35.021	8.523
Crédito de PIS e COFINS			(27.581)	(31.834)
Subtotal			270.622	312.342
Total			764.607	969.150

(*) Conta de Energia de Reserva

A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021.

A grande melhora do cenário energético reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022, contribuindo para a redução do custo com ESS.

23. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Pessoal</u>		
Remuneração	34.404	30.927
Encargos	9.425	8.413
Previdência privada - Corrente	588	529
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	10	10
Programa de demissão voluntária	-	2
Despesas rescisórias	1.304	1.055
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.426	4.583
Outros benefícios - Corrente	11.431	10.619
Estagiários e Programas de Iniciação ao Trabalho	80	75
Outros	828	457
Subtotal	63.495	56.669
<u>Administradores</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	2.003	661
Benefícios dos administradores	756	482
Subtotal	2.758	1.143
Total	66.253	57.812

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
<u>Receitas</u>		
Rendas de aplicações financeiras	11.142	6.651
Acréscimos e multas moratórias	17.143	16.384
Atualização de créditos fiscais	7.704	5.639
Atualização de depósitos judiciais	1.381	522
Atualizações monetárias e cambiais	41.636	22.798
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	731	694
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	18.024	8.077
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.029)	(2.581)
Outros	3.987	2.832
Total	98.718	61.015
<u>Despesas</u>		
Encargos de dívidas	(51.088)	(30.394)
Atualizações monetárias e cambiais	(101.549)	(54.583)
(-) Juros capitalizados	1.779	1.669
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(5.175)	(1.042)
Outros	(10.663)	(8.181)
Total	(166.696)	(92.531)
Resultado Financeiro	(67.978)	(31.516)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com

instrumentos derivativos no montante de R\$ 91.113 (R\$ 2.810 em 2021) (nota 28).

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- c) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços:** refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- d) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** a Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido pelo CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 3.327 (R\$ 1.143 em 2021). Este valor é composto por R\$ 2.990 (R\$ 917 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 18 (R\$ 9 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 319 (R\$ 217 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	323	312	1.300	1.222	-	-	11.423	9.653
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	326	-	302	342	234	147
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	25.852	5.714	-	-	-	-
Imobilizado, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	43.007	41.005	5.528	7.560	7	12	21.976	21.351
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	26	15	3.505	3.081	1.856	1.604	34.151	34.267
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	90	199	-	-	818	2.126
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	17.786	17.572
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	2.312	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	(663)	-	117	133

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 42.865 no exercício de 2022 (R\$ 40.814 em 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

26. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	44.252
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	56.666
Garantia	Seguro Garantia	78.795
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		512.712

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

27. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e

os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 28. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 28.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	75.219	75.219
Instrumentos financeiros derivativos	28	(a)	Nível 2	14.317	14.317
Total				89.537	89.537
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	400.040	400.040
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	335.562	335.562
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	192.410	192.462
Instrumentos financeiros derivativos	28	(a)	Nível 2	29.726	29.726
Total				957.736	957.790

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 16.664 em 2022 (R\$ 11.611 em 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) investimentos temporários; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arredamentos;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) encargos setoriais; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (*)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	14.317	(29.726)	(15.409)	13.569	(28.978)	USD + de 1,85% a 2,74%	CDI + 0,8% a CDI + 1,29%	fev/23 a set/26	339.000
Total	14.317	(29.726)	(15.409)	13.569	(28.978)				
Não circulante	14.317	(29.726)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide nota 14.

(*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Para dívidas designadas a valor justo	81.159	(72.935)	5.345	13.569
Marcação a mercado (*)	(10.884)	(18.094)	-	(28.978)
Total	70.275	(91.029)	5.345	(15.409)
Ativo circulante	41.070			-
Ativo não circulante	29.451			14.317
Passivo não circulante	(247)			(29.726)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

A Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2022	2021	2022
Varição cambial	(72.935)	11.502	-
Marcação a mercado	(18.178)	(14.312)	84
Total	(91.113)	(2.810)	84

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(335.562)		(26.947)	63.680	154.308
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	346.616		27.834	(65.778)	(159.391)
Total	11.054	baixa dolar	887	(2.098)	(5.083)
Efeitos no resultado do exercício			887	(2.098)	(5.083)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar e R\$ 5,57 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,64 e R\$ 6,13 e a depreciação cambial de 8,03% e 10,11%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é a baixa do dólar, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	75.344				10.495	13.119	15.743
Instrumentos financeiros passivos	(192.494)				(26.814)	(33.518)	(40.222)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(362.025)				(50.430)	(63.038)	(75.645)
	(479.174)	alta CDI	13,65%	13,93%	(66.749)	(83.437)	(100.124)
Instrumentos financeiros passivos	(403.269)				(26.575)	(33.219)	(39.863)
	(403.269)	alta IPCA	5,79%	6,59%	(26.575)	(33.219)	(39.863)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(43.796)				(6.101)	(7.626)	(9.151)
Instrumentos financeiros ativos	5.277				735	919	1.103
	(38.520)	alta SELIC	13,65%	13,93%	(5.366)	(6.707)	(8.048)
Total	(920.963)				(98.690)	(123.363)	(148.036)
Efeitos no resultado do exercício					(98.690)	(123.363)	(148.036)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 30b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	123.981	1.385	-	-	-	-	125.368
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	2.362	75.848	55.087	323.343	222.926	372.029	1.051.595
Derivativos	28	-	-	-	6.850	22.876	-	29.726
Debêntures - principal e encargos	14	-	-	114.272	100.952	-	-	215.224
Encargos Setoriais	15	2.189	-	-	-	-	-	2.189
Consumidores e concessionárias	18	1.173	11.999	-	-	-	-	13.172
EPE / FNDCT / PROCEL	15	-	274	2.011	-	-	-	2.285
Convênio de arrecadação	18	-	3.956	-	-	-	-	3.956
Fundo de reversão	18	-	15	31	139	369	1.918	2.841
Total		129.721	93.493	171.508	431.514	246.172	373.948	1.446.354

29. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2022		2021	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	15.542	9.046	(8.452)	(5.371)
Total	15.542	9.046	(8.452)	(5.371)

	2022		2021	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	162.493	23.722	55.439	9.467
Venda estimada (*)	59.756	3.328	6.127	352
Total	222.249	27.050	61.566	9.819

(*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1º de novembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 (período de 1º de novembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

30. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

30.1 Revisão Tarifária Periódica

Entre 4 de dezembro de 2020 e 21 de janeiro de 2021, a ANEEL instaurou a Consulta Pública – CP 076/2020 e submeteu a Audiência Pública 012/2020 a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica da CPFL Santa Cruz de 2021.

Em 11 de março de 2021, a concessionária apresentou por meio da Carta nº 016/RR/CPFL SANTA CRUZ/2021, a proposta com: (i) diferimento tarifário, por meio de componente financeiro negativo, no valor de R\$ 45.559 e (ii) inclusão de item financeiro extraordinário Documento SIC 48513.006627/2021-00 referente à devolução de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da indevida inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no total de R\$ 20.241, resultando no impacto tarifário médio para o consumidor nesse processo de 9,95%.

Após análise das contribuições recebidas da Consulta Pública – CP 076/2020, da Audiência Pública nº 012/2020, da proposta feita pela concessionária e com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia vigente dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 16 de março de 2021, foi homologado, por meio da Resolução Homologativa nº 2.837 os resultados da Revisão Tarifária Periódica da CPFL Santa Cruz de 2021.

Assim, foram homologadas as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada, cujos reajustes médios são:

Descrição	CPFL Santa Cruz
Resolução	2837/2021
Percepção dos consumidores/usuários/agentes supridos	9,95%
Percepção dos consumidores conectados na Alta Tensão	18,27%
Percepção para os consumidores conectados na Baixa Tensão	5,38%

30.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP, observando-se as seguintes diretrizes:

- a) Base Blindada é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) Base Incremental corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- c) Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- e) A base de remuneração é atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, aprovados pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.837 de 16 de março de 2021.

Base de Remuneração Regulatória	
Descrição	R\$
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	2.329.328
(2) Índice de Aproveitamento Integral	1.075
(3) Obrigações Especiais Bruta	347.597
(4) Bens Totalmente Depreciados	300.224
(5) Base de Remuneração Bruta	1.680.432
(6) Depreciação Acumulada	959.703
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	1.369.625
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	612
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	1.369.013
(10) Almoarifado em Operação	2.489
(11) Ativo Diferido	0
(12) Obrigações Especiais Líquida	173.372
(13) Terrenos e Servidões	15.326
(14) Base de Remuneração Líquida	1.213.457
(15) Saldo RGR PLPT	0
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0
(17) Taxa de Depreciação	0
(18) Quota de Reintegração Regulatória	65.705
(19) RC sem Obrigações Especiais	129.056
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	5.155
(21) Remuneração do Capital (RC)	134.211

30.3 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI, aprovados pela Resolução Homologatória Nº 2.837, de 16 de março de 2021.

Descrição	Valores
Resolução	2837/2021
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	182.081

(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	81.936
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	21.849
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	78.295
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	8.559
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	4.283
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	18.936
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	31.779

30.4 Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

A tabela a seguir apresenta os valores de componente Pd e componente T do Fator X homologados para o Processo Tarifário de 2021 da CPFL Santa Cruz.

Componentes	
Componente Pd do Fator X	0,79%
Componente T do Fator X	-0,09%

A componente Q do Fator X, Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é o índice que almeja incentivar as distribuidoras a investir na prestação de serviço de boa qualidade e permitir que a qualidade da energia seja mais aderente às tarifas praticadas. Nesta revisão, foi calculado por meio da análise da variação dos indicadores técnicos e comerciais da Concessionária entre 2018 e 2019, resultando em -0,76%.

30.5 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste tarifário anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações dos custos incorridos no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação da inflação, ajustado pela aplicação do Fator X.

Em março de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.017, que fixou o reajuste tarifário anual - RTA da Companhia, com vigência a partir de 22 de março de 2022, em 7,82%, sendo 8,14% referentes ao reajuste tarifário econômico e -0,31% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é 8,83%.

Adicionalmente, em julho de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.059, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu a tarifa e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores em -2,32%.

(31) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

31.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Reapresentado*)	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante	400.424	(397)	400.028	654.173	4.175	658.348
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.219	-	75.219	91.005	-	91.005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	184.253	(397)	183.856	234.448	(18.480)	215.969
Serviços em Curso	17.617	-	17.617	17.016	11	17.027
Tributos Compensáveis	21.500	-	21.500	18.200	-	18.200
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	60.190	-	60.190	80.415	-	80.415
Depósitos Judiciais e Cauções	-	5.277	5.277	-	2.303	2.303
Almoxarifado Operacional	4.719	-	4.719	2.944	-	2.944
Investimentos Temporários	5.277	(5.277)	-	2.303	(2.303)	-
Ativos Financeiros Setoriais	4.415	-	4.415	117.811	22.644	140.455
Despesas Pagas Antecipadamente	3.597	-	3.597	4.244	-	4.244
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	41.070	-	41.070
Outros Ativos Circulantes	23.638	-	23.638	44.717	-	44.717
Ativo Não Circulante	1.942.943	(417.287)	1.525.655	1.900.504	(450.646)	1.449.858
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	14.828	-	14.828	15.255	-	15.255
Tributos Compensáveis	22.377	-	22.377	19.381	-	19.381
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	138.113	-	138.113	168.518	-	168.518
Depósitos Judiciais e Cauções	24.358	-	24.358	22.536	-	22.536
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	40.172	(9.003)	31.169
Despesas Pagas Antecipadamente	35	-	35	71	-	71
Instrumentos Financeiros Derivativos	14.317	-	14.317	29.451	-	29.451
Ativo Financeiro da Concessão	-	140.488	140.488	-	105.401	105.401
Outros Ativos Não Circulantes	245	674	918	13	-	13
Imobilizado	1.688.015	(1.688.015)	-	1.569.593	(1.569.593)	-
Ativo contratual	-	139.496	139.496	-	103.315	103.315
Intangível	40.655	990.071	1.030.726	35.514	919.234	954.748
Total do Ativo	2.343.367	(417.684)	1.925.683	2.554.677	(446.471)	2.108.206

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

	31/12/2022			31/12/2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Reapresentado*)	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante	502.274	(397)	501.877	556.839	4.165	561.005
Fornecedores	125.368	-	125.368	170.522	-	170.522
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	175.389	(557)	174.832	196.469	-	196.469
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.376	-	9.376	8.464	-	8.464
Tributos	21.468	-	21.468	43.231	-	43.231
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	25.852	-	25.852	5.714	-	5.714
Encargos Setoriais	25.287	-	25.287	27.437	23.041	50.478
Passivos Financeiros Setoriais	32.681	-	32.681	397	(397)	-
PIS/COFINS Devolução Consumidores	55.308	-	55.308	58.606	-	58.606
Outros Passivos Circulantes	31.545	160	31.705	45.998	(18.479)	27.520
Passivo Não Circulante	1.250.405	(268.842)	981.563	1.401.530	(286.687)	1.114.843
Fornecedores	-	-	-	484	-	484
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	753.434	(255)	753.179	797.320	-	797.320
Tributos	139	6.920	7.059	-	6.199	6.199
Provisão para Litígios	37.528	(6.920)	30.608	36.412	(6.199)	30.213
Encargos Setoriais	3.012	-	3.012	681	-	681
Tributos Diferidos	81.458	(76.472)	4.986	111.222	(84.458)	26.764
Passivos Financeiros Setoriais	15.530	-	15.530	9.003	(9.003)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.726	-	29.726	247	-	247
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	132.452	-	132.452	248.934	-	248.934
Outros Passivos Não Circulantes	4.757	255	5.012	4.001	-	4.001
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	192.371	(192.371)	-	193.226	(193.226)	-
Total do Passivo	1.752.679	(269.240)	1.483.440	1.958.369	(282.522)	1.675.848
Patrimônio Líquido						
Capital Social	170.413	-	170.413	170.413	-	170.413
Reservas de Capital	6.086	(5.586)	501	6.080	(5.586)	494
Outros Resultados Abrangentes	192.082	(192.082)	-	208.705	(208.528)	177
Reservas de Lucros	210.475	60.854	271.329	135.926	60.854	196.779
Prejuízos Acumulados	11.631	(11.631)	-	10.689	(10.689)	-
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	-	-	-	64.494	-	64.494
Total do Patrimônio Líquido	590.688	(148.445)	442.243	596.307	(163.948)	432.359
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.343.367	(417.684)	1.925.683	2.554.677	(446.471)	2.108.206

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2022 e 2021:

Reclassificações e ajustes de 2022:

	Reclassificações							Ajustes				Societário	
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)		IR e CS Diferidos (31.3.5)
Ativo													
Ativo Circulante													
Consumidores, concessionárias e permissionárias	184.253	-	-	-	-	(397)	-	-	-	-	-	-	183.856
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	5.277	-	-	-	-	-	5.277
Investimentos Temporários	5.277	-	-	-	-	-	(5.277)	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	4.415	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.415
Ativo Não Circulante													
Ativo Financeiro da Concessão	-	105.577	-	(2.830)	-	-	-	-	37.741	-	-	-	140.488
Outros Ativos Não Circulantes	245	-	-	-	-	-	-	674	-	-	-	-	918
Imobilizado	1.688.015	(105.577)	(1.235.212)	-	-	-	-	(674)	(346.553)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	151.830	(12.334)	-	-	-	-	-	-	-	-	139.496
Intangível	40.655	-	1.083.382	(116.284)	-	-	-	-	(5.403)	-	28.376	-	1.030.726
	1.922.859	-	-	(131.448)	-	(397)	-	-	(351.956)	37.741	28.376	-	1.505.173
Passivo													
Passivo Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	175.389	-	-	-	-	-	-	(557)	-	-	-	-	174.832
Passivos Financeiros Setoriais	32.681	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.681
Outros Passivos Circulantes	31.545	-	-	-	-	(397)	-	557	-	-	-	-	31.705
Passivo Não Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	753.434	-	-	-	-	-	-	(255)	-	-	-	-	753.179
Tributos	139	-	-	-	6.920	-	-	-	-	-	-	-	7.059
Provisão para Litígios	37.528	-	-	-	(6.920)	-	-	-	-	-	-	-	30.608
Tributos diferidos	81.458	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.472)	4.986
Passivos Financeiros Setoriais	15.530	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.530
Outros Passivos Não Circulantes	4.757	-	-	-	-	-	-	255	-	-	-	-	5.012
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	192.371	-	-	(131.448)	-	-	-	-	(60.923)	-	-	-	-
	1.324.831	-	-	(131.448)	-	(397)	-	-	(60.923)	-	-	(76.472)	1.055.593
Total	598.028	-	-	-	-	-	-	-	(291.033)	37.741	28.376	76.472	449.580

- Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro da concessão, ativo contratual e o ativo intangível.
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas Ativo financeiro da concessão, Ativo contratual e Intangível.
- Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário
- Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

Reclassificações e ajustes de 2021:

	Reclassificações							Ajustes				Societário
	Regulatório (Reapresentado)	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Reapresentado nota 2.6	Reavaliação Regulatória Compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	
Ativo												
Ativo Circulante												
Consumidores, concessionárias e permissionárias	234.448	-	-	-	-	(18.479)	-	-	-	-	-	215.969
Serviços em Curso	17.016	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	17.027
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	2.303	-	-	-	-	2.303
Investimentos Temporários	2.303	-	-	-	-	-	(2.303)	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	117.811	-	-	-	-	-	-	22.644	-	-	-	140.455
Ativo Não Circulante												
Ativos Financeiros Setoriais	40.172	-	-	-	-	-	(9.003)	-	-	-	-	31.169
Ativo Financeiro da Concessão	-	75.590	-	(1.521)	-	-	-	-	31.332	-	-	105.401
Imobilizado	1.569.593	(75.590)	(1.117.359)	1.521	-	-	(11)	(378.155)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	118.223	(14.907)	-	-	-	-	-	-	-	103.315
Intangível	35.514	-	999.136	(110.351)	-	-	-	(6.033)	-	36.481	-	954.748
	2.016.858	-	-	(125.258)	-	(18.479)	-	13.640	(384.187)	31.332	36.481	1.570.387
Passivo												
Passivo Circulante												
Encargos Setoriais	27.437	-	-	-	-	-	23.041	-	-	-	-	50.478
Passivos Financeiros Setoriais	397	-	-	-	-	-	(397)	-	-	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	45.998	-	-	-	-	(18.479)	-	-	-	-	-	27.520
Passivo Não Circulante												
Tributos	-	-	-	-	6.199	-	-	-	-	-	-	6.199
Provisão para Litígios	36.412	-	-	-	(6.199)	-	-	-	-	-	-	30.213
Tributos diferidos	111.222	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.458)	26.764
Passivos Financeiros Setoriais	9.003	-	-	-	-	-	(9.003)	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	193.226	-	-	(125.258)	-	-	-	(67.967)	-	-	-	-
	423.696	-	-	(125.258)	-	(18.479)	-	13.640	(67.967)	-	(84.458)	141.174
Total	1.593.162	-	-	-	-	-	-	(316.219)	31.332	36.481	84.458	1.429.213

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (c) Provisão para riscos fiscais relacionados a IR/CSLL foi reclassificado para Tributos a pagar no societário em função do ICPC 22.
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar, conforme Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Total do ativo conforme contabilidade societária	1.925.683	2.108.206
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	912.314	941.889
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(560.358)	(557.702)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(37.741)	(31.332)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(28.376)	(36.481)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.5)	-	(84.458)
Passivos financeiros setoriais (Reapresentado nota 2.6)	-	9.400
Encargos setoriais (Reapresentado - nota 2.6)	-	(23.041)
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (a)	131.448	125.258
Reclassificação de tributos diferidos (b)	-	84.458
Redução Incentivada de Consumo (c)	397	18.479
Total do ativo regulatório	2.343.367	2.554.677

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para fins e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica.
- (b) Refere-se ao encontro de contas dos tributos diferidos.
- (c) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	442.243	432.359
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	733.127	762.701
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(442.094)	(446.482)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(37.741)	(31.332)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(28.376)	(36.481)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.5)	(76.472)	(84.458)
Patrimônio líquido regulatório	590.688	596.307

31.2 Demonstração do Resultado do Exercício

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (Reapresentado*)	Ajustes	Societário
Receita	1.807.116	240.281	2.047.397	2.006.811	234.015	2.240.826
Fornecimento de Energia Elétrica	708.506	105	708.611	759.374	18.479	777.853
Suprimento de Energia Elétrica	20.029	-	20.029	42.371	-	42.371
Energia Elétrica de Curto Prazo	27.050	-	27.050	9.819	-	9.819
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	940.543	(2.646)	937.896	939.582	(2.602)	936.980
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	10.109	-	10.109	141.736	22.337	164.073
Serviços Cobráveis	1.456	-	1.456	1.251	-	1.251
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	99.422	(105)	99.318	112.678	(18.479)	94.199
Outras Receitas	-	242.927	242.927	-	214.280	214.280
Tributos	(348.174)	(3.013)	(351.187)	(487.752)	(16)	(487.767)
ICMS	(202.037)	47	(201.991)	(293.079)	1	(293.078)
PIS-PASEP	(26.024)	(828)	(26.852)	(34.728)	(1)	(34.729)
COFINS	(119.804)	(2.231)	(122.035)	(159.941)	(15)	(159.956)
ISS	(309)	-	(309)	(4)	-	(4)
Encargos - Parcela "A"	(264.179)	-	(264.179)	(200.114)	(23.832)	(223.947)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(6.070)	-	(6.070)	(6.687)	-	(6.687)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(6.070)	-	(6.070)	(6.687)	-	(6.687)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(259.957)	-	(259.957)	(176.667)	-	(176.667)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.055)	-	(2.055)	(1.838)	-	(1.838)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(12.538)	-	(12.538)	(8.237)	-	(8.237)
Outros Encargos	22.511	-	22.511	-	(23.832)	(23.832)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	1.194.762	237.268	1.432.031	1.318.945	210.166	1.529.111
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(764.607)	-	(764.607)	(969.150)	-	(969.150)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(465.950)	-	(465.950)	(639.368)	-	(639.368)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(28.035)	-	(28.035)	(17.440)	-	(17.440)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(270.622)	-	(270.622)	(312.342)	-	(312.342)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	430.155	237.268	667.423	349.794	210.166	559.961
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(233.408)	(213.221)	(446.630)	(217.286)	(162.692)	(379.979)
Pessoal e Administradores	(66.253)	25	(66.228)	(57.812)	(142)	(57.954)
Material	(17.094)	-	(17.094)	(13.473)	-	(13.473)
Serviços de Terceiros	(58.057)	-	(58.057)	(50.991)	-	(50.991)
Arrendamento e Aluguéis	(1.328)	1.053	(275)	(734)	-	(734)
Seguros	(423)	-	(423)	(318)	-	(318)
Doações, Contribuições e Subvenções	537	-	537	(142)	-	(142)
Provisões	(8.178)	3.548	(4.629)	(13.492)	-	(13.492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.635)	-	(10.635)	(6.231)	-	(6.231)
(-) Recuperação de Despesas	1.912	-	1.912	2.305	-	2.305
Tributos	(645)	(4)	(649)	(539)	-	(539)
Depreciação e Amortização	(81.180)	12.567	(68.613)	(80.471)	18.796	(61.675)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(13.419)	2.886	(10.533)	(13.111)	-	(13.111)
Outras Receitas Operacionais	35.309	(35.309)	-	29.859	(29.859)	-
Outras Despesas Operacionais	(13.956)	(197.988)	(211.944)	(12.137)	(151.486)	(163.623)
Resultado da Atividade	196.746	24.047	220.794	132.507	47.476	179.983
Resultado Financeiro	(67.978)	(206)	(68.184)	(31.516)	(4.363)	(35.879)
Receitas Financeiras	98.718	(36.607)	62.110	61.015	(12.543)	48.471
Despesas Financeiras	(166.696)	36.401	(130.295)	(92.531)	8.181	(84.350)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	128.768	23.841	152.609	100.991	43.113	144.104
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(40.864)	(8.337)	(49.202)	(41.487)	(15.228)	(56.715)
Resultado Líquido do Exercício	87.904	15.504	103.407	59.503	27.886	87.389
Atribuível aos Acionistas Controladores	87.904	15.504	103.407	59.503	27.886	87.389

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2022 e 2021:

Reclassificações e ajustes de 2022:

Regulatório	Reclassificações							Ajustes				Societário	
	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Provisões para litígios fiscais (e)	Redução Incentivada de Consumo (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Variação cambial de empréstimos (h)	Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)		IR e CS Diferidos (31.3.5)
Receita													
Fornecimento de Energia Elétrica	708.506	-	-	-	-	105	-	-	-	-	-	-	708.611
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	940.543	-	(2.646)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.896
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	99.422	-	-	-	-	(105)	-	-	-	-	-	-	99.318
Outras receitas	-	204.888	(240)	31.871	-	-	-	-	-	6.408	-	-	242.927
Tributos													
ICMS	(202.037)	-	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	(201.991)
PIS-PASEP	(26.024)	-	-	-	(828)	-	-	-	-	-	-	-	(26.852)
COFINS	(119.804)	-	-	-	(2.231)	-	-	-	-	-	-	-	(122.035)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Pessoal e Administradores	(66.253)	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-	(66.228)
Arrendamento e Aluguéis	(1.328)	-	-	-	-	-	1.053	-	-	-	-	-	(275)
Provisões	(8.178)	-	-	-	3.548	-	-	-	-	-	-	-	(4.629)
Tributos	(645)	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(649)
Depreciação e Amortização	(81.180)	-	-	-	-	-	(1.053)	-	19.236	-	(5.616)	-	(68.613)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(13.419)	-	2.886	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.533)
Outras receitas operacionais	35.309	-	-	(31.871)	(3.438)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(13.956)	(204.888)	-	3.438	-	-	-	-	5.950	-	(2.488)	-	(211.944)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	98.718	-	-	-	-	-	-	(36.607)	-	-	-	-	62.110
Despesas Financeiras	(166.696)	-	-	-	(206)	-	-	36.607	-	-	-	-	(130.295)
Despesa com Impostos sobre o Lucro													
	(40.864)	-	-	-	(351)	-	-	-	-	-	-	(7.986)	(49.202)
Resultado Líquido do Exercício													
	87.904	-	-	-	-	-	-	-	25.186	6.408	(8.104)	(7.986)	103.407

- Para a demonstrações financeiras societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeira societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias registramos o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica em Outros Créditos com contrapartida no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e para as demonstrações contábeis regulatórias transitamos pelo resultado conforme Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE.

Reclassificações e ajustes de 2021:

	Reclassificações									Ajustes					Societário
	Regulatório (Reapresentado)	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (e)	Variação monetária e marcação a mercado (f)	Provisões para litígios fiscais (g)	Redução Incentivada de Consumo (h)	Reapresentado nota 2.6	Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (31.3.4)	
Receita															
Fornecimento de Energia Elétrica	759.374	-	-	-	-	-	-	18.479	-	-	-	-	-	-	777.853
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	939.582	-	(2.602)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	936.980
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	141.736	-	-	-	-	-	-	-	22.337	-	-	-	-	-	164.073
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	112.678	-	-	-	-	-	-	(18.479)	-	-	-	-	-	-	94.199
Outras receitas	-	169.779	-	28.001	-	-	-	-	-	-	16.500	-	-	-	214.280
Tributos															
ICMS	(293.079)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	(293.078)
PIS-PASEP	(34.728)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(34.729)
COFINS	(159.941)	-	-	-	-	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-	(159.956)
Encargos - Parcela "A"															
Outros Encargos	-	-	-	-	-	-	(1.495)	-	(22.337)	-	-	-	-	-	(23.832)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"															
Pessoal e Administradores	(57.812)	-	-	-	-	-	(142)	-	-	-	-	-	-	-	(57.954)
Depreciação e Amortização	(80.471)	-	-	-	-	-	-	-	-	24.855	-	(6.059)	-	-	(61.675)
Outras receitas operacionais	29.859	-	-	(28.001)	(1.858)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(12.137)	(169.779)	2.602	-	1.858	-	9.274	-	-	6.899	-	(2.340)	-	-	(163.623)
Resultado Financeiro															
Receitas Financeiras	61.015	-	-	-	-	(4.497)	(11.502)	-	3.456	-	-	-	-	-	48.471
Despesas Financeiras	(92.531)	-	-	-	-	4.497	11.502	(6.759)	(3.456)	-	-	-	2.396	-	(84.350)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(41.487)	-	-	-	-	-	-	(863)	-	-	-	-	-	(14.365)	(56.715)
Resultado Líquido do Exercício	59.503	-	-	-	-	-	-	-	-	31.754	16.500	(8.399)	2.396	(14.365)	87.389

- (a) Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Para as demonstrações financeiras societárias a Companhia classifica Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na contabilidade regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a Companhia apresenta ou receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias a apresentação é feita de forma segregada, conforme MCSE;
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza conforme MCSE;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE;
- (h) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias registramos o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica em Outros Créditos com contrapartida no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e para as demonstrações contábeis regulatórias transitamos pelo resultado conforme Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	103.407	87.389
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(5.950)	(6.899)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(19.236)	(24.855)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(6.408)	(16.500)
Ajustes do ativo intangível da concessão (31.3.3)	8.104	8.399
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (31.3.4)	-	(2.396)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.5)	7.986	14.365
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	87.904	59.503

31.3 Composição dos ajustes

31.3.1 Reavaliação Regulatória Compulsória

De acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e baixas, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas 10, 12 e 19 deste relatório, estão assim apresentados:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	866.553	(520.000)	346.553	895.912	(517.759)	378.154
Ativo intangível	45.761	(40.358)	5.403	45.976	(39.943)	6.033
Obrigações especiais	(179.187)	118.264	(60.923)	(179.187)	111.220	(67.967)
Total	733.127	(442.094)	291.033	762.701	(446.482)	316.219
Efeito IR e CSLL	(249.263)	150.311	(98.952)	(259.318)	151.804	(107.515)
Efeito líquido	483.864	(291.783)	192.081	503.383	(294.678)	208.705

Conforme mencionado na nota 3.5, em 2022 foi contemplado os efeitos da implantação do laudo homologado da revisão tarifária, cujo efeitos estão demonstrados na nota 12.

31.3.2 Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

31.3.3 Ativo Intangível da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e, que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

31.3.4. Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (CPC 48)

Os ajustes são decorrentes da aplicação na contabilidade societária, onde o *spread* de risco é reconhecido no resultado abrangente e na contabilidade regulatória no resultado financeiro.

31.3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 22 anos	371.836	631.387	620.052	3.287.915	4.911.191
Compra de energia de Itaipu	Até 22 anos	101.737	203.617	204.205	1.820.259	2.329.818
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 22 anos	279.876	615.550	653.750	5.912.160	7.461.336
Projetos de construção de Subestação	Até 2 anos	76.949	25.578	-	-	102.527
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	46.462	15.518	2.117	-	64.098
Total		876.860	1.491.651	1.480.125	11.020.334	14.868.969

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022, um valor de R\$ 1.779 (R\$ 1.669 em 2021) referente a juros capitalizados no ativo imobilizado.

(34) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

34.1 Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro / Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Total aprovado	em 2023					
Moeda estrangeira							
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	80.000	80.000	Semestral	Parcela única em Janeiro de 2026	Capital de Giro	USD + 5,91%	CDI + 1,33%
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	152.049	152.049	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de Giro	USD + 4,7090%	CDI + 1,20%
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	81.564	81.564	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de Giro	EUR + 4,2245%	CDI + 1,10%
	313.613	313.613					

34.2 Decisão do STF sobre causas tributárias:

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas demonstrações contábeis regulatórias, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

34.3 Reajuste tarifário:

Em março de 2023, a ANEEL publicou a REH nº 3.178, que fixou o reajuste tarifário anual – RTA da Companhia, com vigência a partir de 22 de março de 2023, em 5,65%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,61% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é 9,02%.

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

www.pwc.com.br

Companhia Jaguari de Energia

***Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Jaguari de Energia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Jaguari de Energia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Companhia Jaguari de Energia

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 15 de março de 2023.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de abril de 2022, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis regulatórias de 2022, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 2.6 que foram efetuadas para alterar as demonstrações contábeis regulatórias de 2021, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia referentes ao exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 2021 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Companhia Jaguari de Energia

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as



Companhia Jaguari de Energia

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA, 78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 26 April 2023 | 13:24 BRT

 ICP Brasil
390108451FA5438991EBBCED337FE7C4
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

TERMO DE RESPONSABILIDADE	TERM OF RESPONSIBILITY
<p>Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.</p> <p>Campinas, 26 de abril de 2023.</p> <p>Concessionária: Companhia Jaguari de Energia</p>	<p>By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.</p> <p>Campinas, April 26, 2023.</p> <p>Concessionaire: Companhia Jaguari de Energia</p>

DocuSigned by:

 EEC7B411B31140E...
 Carlos Zamboni Neto
 Diretor Presidente
 Chief Executive Officer
 CPF: 081.496.848-16

DocuSigned by:

 3599DDF075274EA...
 Yuehui Pan
 Diretor Financeiro e de Relações com
 Investidores
 Chief Financial and Investor Relations
 Officer
 CPF: 061.539.517-16

DocuSigned by:

 9AB50212BD6E4BC...
 Ana Paula Peressim de Paulo
 Gerente de Contabilidade das
 Distribuidoras
 Accounting Manager of Distributors
 CT CRC 1SP217200/O-6
 CPF: 171.567.218-60

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---